



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP 029/2018 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM	
REGIDO PELA LEI Nº 10.520/2002 E, SUBSIDIARIAMENTE NO QUE COUBER, PELA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.892/2013, ALTERADO PELO DECRETO Nº 8.250/2014 E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.	
ÓRGÃO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E FUNDOS.	PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0101029/2018
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Contratação de Empresa para aquisição de Material Gráfico e Serigráfico para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e fundos.	
LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: LOCAL: Av. Mario Nogueira de Sousa, S/N, Centro, Tracuateua – PA DATA: 04 de maio de 2018 HORÁRIO: 16:00hrs (HORÁRIO LOCAL)	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: DIA: DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA HORÁRIO: 08:00 AS 12:00 (HORÁRIO LOCAL) LOCAL: Av. Mario Nogueira de Sousa, S/N, Centro, Tracuateua – PA EMAIL: cpltracuateua18@gmail.com	
Publicações: ☐ Mural de Avisos ☐ Diário Oficial do Estado ☐ Portal TCM	☐ Diário Oficial da União ☐ Jornal de Circulação ☐ Portal da Transparência
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: <i>Evandro Costa Lago</i> Decreto nº 190-A/2017-GP de 26 de novembro de 2017	ESTE INSTRUMENTO CONTÉM: EDITAL E SEUS ANEXOS COM 67 PÁGINAS



SUMÁRIO

1.	TERMO DE RECEBIMENTO DA CÓPIA INTEGRAL DO EDITAL DE LICITAÇÃO	4
2.	OBJETO DA LICITAÇÃO	5
3.	RECURSO ORÇAMENTÁRIO	5
4.	CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	6
5.	CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES	7
6.	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL	9
7.	SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO	10
8.	PROPOSTA DE PREÇOS	10
9.	HABILITAÇÃO	14
10.	JULGAMENTO	19
11.	JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO	21
12.	RECURSOS	22
13.	HOMOLOGAÇÃO	22
14.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO	22
15.	DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE	23
16.	VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO	23
17.	CONTRATAÇÃO	24
18.	GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO	24
19.	ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO NOS PREÇOS REGISTRADOS	24
20.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS	25
21.	CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO	25
22.	FISCALIZAÇÃO	26
23.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	26
24.	DAS OBRIGAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL	26
25.	DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA	27
26.	DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES	27
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS	28
	ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA	30
	ANEXO II – MODELO DE CARTA CREDENCIAL	42
	ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE	43
	ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO	44
	ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	45
	ANEXO VI - MODELO DE RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS	46



ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	47
ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º, CF/88.....	48
ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO	49
ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	50
ANEXO XI - MINUTA DO CONTRATO	54
ANEXO XII - FORMULÁRIO DE CADASTRO.....	60
ANEXO XIII - MODELO DA SOLICITAÇÃO DO ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA.....	61
ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL	62
ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	63
ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE O(S) EMPRESÁRIO / SÓCIO(S) / DIRIGENTE(S) / RESPONSÁVEL(ÉIS) TÉCNICO(S) NÃO É(SÃO) SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA - PA	64
ANEXO XVII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 29, INCISO IX COM 54, INCISO I, ALÍNEA "A" E INCISO II, ALÍNEA "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	65
ANEXO XVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE RECEBEU OS DOCUMENTOS E QUE TOMOU TODAS AS INFORMAÇÕES E AS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO	66
ANEXO XIX – MODELO DE PLANILHA ELETRÔNICA	67



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



1. TERMO DE RECEBIMENTO DA CÓPIA INTEGRAL DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA (Preencher preferencialmente com letra de forma).

Razão Social:	
CNPJ nº:	Insc. Estadual nº:
Endereço:	
Cidade:	Estado:
E-mail:	
(DDD) Telefone: ()	(DDD) Fax: ()

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Nome completo:	
Cédula de Identidade nº:	Órgão emissor:
CPF nº:	(DDD) Telefone: ()
E-mail:	
Cargo/função que exerce na empresa: () Sócio/Empresário; () Outros:	

Data do recebimento do edital: ____/____/____.

Assinatura/rubrica do responsável: _____.

COMO SUA EMPRESA OBTVE CONHECIMENTO DA LICITAÇÃO? (Marcar X)

- () Fui convidado;
() Publicação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal;
() Publicação na Imprensa Oficial do Estado (Diário Oficial do Estado do Pará-IOEPA);
() Publicação na Imprensa Oficial (Diário Oficial da União-DOU);
() Publicação em Jornal de Grande Circulação;
() Publicação no site oficial desta Prefeitura Municipal (www.tracuateua.pa.gov.br);
() Publicação no site oficial do Tribunal de Contas dos Municípios (www.tcm.pa.gov.br);
() Outros meios: _____.

Obs.: A licitante interessada que retirar o edital desta licitação pela internet, DEVERÁ enviar este formulário devidamente preenchido e assinado para o e-mail cpltracuateua18@gmail.com ou encaminhar/entregar na Prefeitura Municipal de Tracuateua/CPL no endereço indicado no preâmbulo. Tal medida far-se-á necessária para a Comissão Permanente de Licitação informar à licitante interessada quaisquer assuntos pertinentes a referida licitação.



2. OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. O presente Pregão tem por objeto o registro de preços para eventual e futura Contratação de Empresa para aquisição de Material Gráfico e Serigráfico para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e fundos, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
- 2.2. O valor estimado do objeto desta licitação é de R\$ 4.149.004,55 (quatro milhões, cento e quarenta e nove mil, quatro reais e cinquenta e cinco centavos).
- 2.3. A licitação está dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.4. A execução do objeto, será por demanda, de acordo com as necessidades do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.
- 2.5. Os órgãos e entidades jurisdicionados desta Prefeitura poderão aderir como participante "a posterior" às Atas de Registro de Preços efetuadas por esta Prefeitura Municipal.
- 2.6. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
 - 2.6.1. Os Itens com valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com participação exclusiva de Microempresas – ME e Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

3. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos financeiros para cobertura para cobrir as despesas que por ventura sejam efetuadas em decorrência do presente procedimento licitatório correrão à conta da Emenda Parlamentar nº 3339.0015 e da seguinte Classificação Orçamentária:

Exercício: 2018

Órgão: Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e Fundos

Unidade Orçamentária	Projeto – Atividade	Categoria Econômica
	Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e Fundos	
10 – Secretária Municipal de Administração	04 122 0002 2.033 – Manutenção da Secretária Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
06 – Secretária Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico	04 122 0002 2.017 - Manutenção da Secretária Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
07 – Secretária Municipal de Infraestrutura e transporte	04 122 0002 2.022 – Manutenção da Secretária Municipal de Infraestrutura e Transporte	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
16 – Secretária Municipal de Assistência Social	08 122 0002 2.061 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social 08 122 0023 2.062 – Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 08 242 0005 2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
17 – Fundo Municipal de Assistência Social	08 241 0011 2.071 – Manutenção do Piso Básico 08 244 0136 2.080 – Manutenção do Bolsa Família	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
05 – Secretária Municipal de Finanças	04 122 0002 2.014 - Manutenção da Secretária Municipal de Finanças	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
11 – Secretária Municipal de Educação	04 122 0002 2.037 – Manutenção da Secretaria de Educação	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
12 – Fundo Municipal de Educação	04 122 0002 2.042 - Manutenção do Salário Educação	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
13 – FUNDEB	04 122 0002 2.045 – Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola	3.3.90.39.00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



	04 122 0002 2.048 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB – 40%	Outros Serviço de PJ
14 – Secretaria Municipal de Saúde	10 122 0002 2.057 – Manutenção e Coordenação Geral do FMS	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
21 – Fundo Municipal de Saúde	10 301 0200 2.084 – Manutenção do Programa de Atenção Básica – PAB FIXO 10 301 0200 2.086 – Manutenção do Programa Saúde da Família 10 301 0200 2.090 – Manutenção do PAB – Estadual 10 301 0200 2.091 – Manutenção do CAPS 10 302 0210 2.093 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade	33.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação exigida neste Edital e seus anexos.

4.1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.1.2. É facultado ao pregoeiro, no decorrer da sessão pública, pesquisar junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, se o ramo de atividade enquadrada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, compreende o objeto ora licitado.

4.2. Ficam impedidos de participar desta licitação:

4.2.1. Empresas que não atenderem às condições deste edital;

4.2.2. Empresas que estejam em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

4.2.3. Empresas que explorem atividade incompatível com o objeto desta licitação e com sócios comuns concorrendo entre si;

4.2.4. Empresas que tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e/ou contratar por órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de Tracuateua - PA;

4.2.5. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

4.2.6. Empresas reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

a) A vedação à participação de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

4.2.7. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de Tracuateua - PA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja empresário, sócio, dirigente ou responsável técnico.



- 4.2.8. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
- 4.2.9. Empresas [incluindo empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável (eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação] que estão respondendo processo judicialmente com sentença definitiva, em quaisquer esferas governamentais, relativamente a fraudes em licitações públicas, danos ao erário público e/ou formação de quadrilha;
- 4.2.10. Empresas que possuam entre si, parentes até o 3º (terceiro) grau, consanguíneo ou por afinidade;
- 4.2.11. Empresas que possuam empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável (eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação, com participação entre as mesmas;
- 4.2.12. Empresas cujos proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal.
- 4.2.13. Empresas que não possuam endereço físico, bem como local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade da mesma.
 - a) É facultado ao pregoeiro, visitar in loco, a(s) sede(s) da(s) empresa(s) participante(s) deste certame, para fins de comprovação da existência de endereço físico, bem como constatar que o local e instalações são adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade. Havendo a referida visita, reserva-se a Comissão Central de Licitação fotografar a área externa (fachada) e/ou área interna do imóvel onde está localizada a empresa.
 - b) Após a visita in loco e constatado que o endereço da empresa participante é fictício, podendo esta ser considerada supostamente uma "empresa fantasma", o pregoeiro inabilitará/excluirá automaticamente a empresa do certame, declarando-a inidônea, garantida a prévia defesa em processo regular e encaminhará os autos do processo para o Ministério Público do Estado do Pará aplicar as demais penalidades previstas em lei.
- 4.3. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei Nº 8.666/93.

5. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 5.1. Na data, hora e local designados para a sessão, as empresas interessadas deverão apresentar-se e identificar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro.
- 5.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 5.2.1. Sócio(a), Empresário(a) ou Assemelhado(a):
 - a) Deverá apresentar cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
 - 5.2.2. Procurador(a) ou Assemelhado(a):
 - a) Deverá apresentar Instrumento Público de Mandato (Procuração), assinada por tabelião e possuindo o selo de fiscalização do Poder Judiciário do Estado da sede do Cartório, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição. A outorgante poderá ainda, conferir a(ao) outorgado(a) poderes



para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento, cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto do(a) outorgada, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações; ou

- b) Deverá apresentar Instrumento Particular de Mandato (Procuração) ou Carta Credencial, conforme modelo sugerido no Anexo II deste edital, com firma reconhecida em cartório do outorgante, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição. A outorgante poderá ainda, conferir a(ao) outorgado(a) poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento ou carta credencial, cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto do(a) outorgado(a), inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações .

5.3. Os documentos enumerados nos itens 5.2.1 e 5.2.2 deste edital, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, da seguinte forma:

- Documento(s) original(is); ou
- Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) em cartório {frente e verso (este último, se houver)}; ou
- Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) por servidor da Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante a apresentação do(s) documento(s) original(is) para confronto {frente e verso (este último, se houver)}.
- A empresa licitante que optar pela forma disposta no item 9.9 deste edital, deverá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, com endereço informado no preâmbulo deste edital, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas), munido do(s) documento(s) original(is) juntamente com a(s) respectiva(s) cópia(s) a ser(e m) autenticada(s), até 1 (um) dia útil da data marcada para abertura dos envelopes.

5.4. Todos os documentos apresentados para credenciamento serão juntados aos autos do processo desta licitação e não serão devolvidos a(s) empresa(s) licitante(s).



- 5.5. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere o item 5.2 deste edital, bem como a apresentação de documentos ilegíveis, não excluirá a empresa licitante do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma, e de praticar qualquer outro ato inerente durante a sessão pública.
- 5.6. A empresa licitante poderá, a qualquer tempo, substituir o representante legal por outro, desde que apresente todos os documentos necessários para credenciamento, devendo ser observada a restrição constante do item 5.5 deste edital.
- 5.6.1. A empresa licitante apenas poderá substituir o representante legal, caso o mesmo esteja devidamente credenciado na sessão pública anterior.
- 5.7. A documentação necessária para o credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes da proposta de preços e dos documentos de habilitação, juntamente com as declarações abaixo:
- 5.7.1. Declaração de Cumprimento dos Requisitos da Habilitação, conforme modelo sugerido no Anexo IV. Para as Microempresas ou Empresas de pequeno porte a deverá ainda apresentar a declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme modelo sugerido no Anexo V deste edital.
- 5.7.2. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para aquelas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado, previsto na Lei Complementar Nº 123/2006, conforme modelo de declaração constante do Anexo III ou Certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada para apresentação das propostas, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.
- 5.8. As informações contidas nas declarações apresentadas terão presunção relativa de veracidade, podendo ser contestadas por qualquer interessado, o qual terá o ônus de comprovar suas alegações.
- 5.9. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, requerer a apresentação de documentos que entender necessários à comprovação das informações declaradas, tais como:
- 5.9.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06:
- 5.10. Não serão admitidos mais de um representante credenciado por empresa, nem um único representante para mais de uma empresa.
- 5.11. O Pregoeiro poderá ainda, diligenciar junto aos sites oficiais da Receita Federal ou da Junta Comercial do domicílio da sede da licitante para verificar seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei
- 6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**
- 6.1. Quaisquer pedidos de esclarecimento deverão ser enviados ao Pregoeiro até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública ao e-mail indicado no preâmbulo deste edital ou protocolados na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL em dias úteis no horário de atendimento informado no preâmbulo deste edital.
- 6.2. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar impugnação a este instrumento convocatório, nos termos do art. 12 do Decreto Federal Nº 3.555/2000. A impugnação deverá manifestada obrigatoriamente por escrito e protocolada na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL em dias úteis no horário de atendimento informado no preâmbulo deste edital.
- 6.3. Caberá o pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no §1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;



- 6.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 6.5. Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

7. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

- 7.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, correspondentes a este Pregão.

7.2. Entrega do Envelope

- 7.2.1. Os licitantes deverão apresentar toda a documentação de proposta de preços e habilitação no dia, hora e local citados no preâmbulo deste Edital, em 2 (dois) envelopes lacrados e rubricados no fecho, em cuja parte externa esteja escrito:

À Prefeitura Municipal de Tracuateua - PA

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA – CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº: _____

DATA E HORA

À Prefeitura Municipal de Tracuateua - PA

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA – CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº: _____

DATA E HORA

- 7.3. O Envelope nº. 1 – PROPOSTA – deverá conter as informações/documentos exigidos no item 8 deste Edital, e o Envelope nº. 2 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos exigidos no item 9 deste Edital.
- 7.4. A não apresentação da Declaração ou Certidão prevista no item 5.7.2 significa renúncia expressa e consciente da licitante, que optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. A empresa licitante que não se enquadrar na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não deverá apresentar a referida declaração, sob pena de falsidade da declaração e consequentemente será declarada inabilitada/excluída e sofrerá as penas prevista neste edital, após o devido processo administrativo e posterior remessas dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais.
- 7.5. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de propostas de preços e habilitação.
- 7.6. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da Comissão mencionado no preâmbulo deste Edital, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da Resenha da Ata de Registro Preços, após esse período serão destruídos pelo Pregoeiro.
- 7.7. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.
- 7.8. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente Edital, deve a mesma fazer prova à exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.
- 7.9. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação ou proposta, salvo as situações previstas no art. 48, §3º da Lei 8.666/93 e aqueles pertinentes a regularidade fiscal destinadas as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 7.10. Caso o envelope com a indicação externa "Proposta de Preços" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará a empresa licitante automaticamente excluída, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 7.11. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas licitantes em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

8. PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1. As propostas de preços deverão ser entregues, obrigatoriamente, em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho e identificado. Deverá ser entregue OBRIGATORIAMENTE em uma via eletrônica em suporte CD-ROM, conforme modelo do Anexo XXIII e disponível no Portal da Transparência



(www.tracuateua.pa.gov.br) e uma via em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou omissões, encadernada ou grampeada e numerada sequencialmente (número de folhas e número total), devidamente datada, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, da forma descrita abaixo:

- 8.1.1. Resumo da Proposta de Preços, Anexo VI;
- 8.1.2. Proposta de Preços, Anexo VII;
- 8.1.3. A proposta de preço enumerada no item 8.1 deste edital, deverá conter, obrigatoriamente, o que segue:
 - a) Número do Pregão, nome ou Razão Social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento), qualificação completa do responsável pela assinatura do contrato (nome completo, CPF, RG, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo);
 - b) Discriminação detalhada dos itens ofertados, a quantidade solicitada, prospectos com detalhamento dos equipamentos utilizados para transmissão e comodato, preços unitário e total de cada item e valor total da proposta (somatório dos totais de cada item), expressos em reais, com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes do fornecimento do objeto.
- 8.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional do País (Real – R\$), possuindo apenas duas casas decimais após a vírgula.
- 8.3. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo a Administração solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, sendo facultada ao licitante a aceitação.
- 8.4. O CD-ROM deverá estar fora do ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS com as planilhas de preços gravadas em Excel (“xls”) ou em programas ou formatos semelhantes, conforme modelo do Anexo XXIII e disponível no Portal da Transparência (www.tracuateua.pa.gov.br), devido à utilização de sistema computadorizado, sendo que a não apresentação desta planilha nos moldes requeridos gerará a desclassificação da proposta.
- 8.5. Os preços deverão ser cotados em reais e serão irrevogáveis, ressalvadas as exceções previstas neste edital.
- 8.6. Para as licitações com critério de julgamento de Menor Preço Global e Menor Preço Global por Lote, o valor global deverá estar expresso em forma numérica e por extenso. Para as licitações com critério de julgamento de Menor Preço por Item, os valores unitários de cada item e o valor global da proposta deverão estar expressos de forma numérica e por extenso. A não observação desse critério acarretará a desclassificação da proposta.
- 8.7. A quantidade de produtos ou serviços da proposta não poderá ser inferior ao total previsto no Termo de Referência, sob pena de desclassificação do item.
- 8.8. A classificação da proposta será efetuada pelo critério de menor preço por item.
- 8.9. Para as licitações cujo o critério de julgamento seja por Lote, os interessados deverão cotar todos os itens de cada Lote, sob pena de desclassificação para aquele Lote.
- 8.10. O prazo para entrega dos produtos ou execução dos serviços está definido na Requisição do Departamento de Compras. Caso tal prazo esteja omissivo, ou seja, superior ao máximo estipulado no Termo de Referência, Anexo I, o mesmo será entendido como sendo igual ao máximo permitido.
- 8.11. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 8.12. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração pelo fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços objeto desta licitação, incluindo todos os tributos e demais despesas, seja qual for o seu título ou natureza, tais como fretes, encargos



sociais, trabalhistas e fiscais, despesas de transporte, locomoção, estadia, alimentação e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

8.13. A demonstração da legitimidade do signatário da proposta se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

8.13.1. No caso de Procurador:

- a) Instrumento de mandato público, ou;
- b) Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, juntamente com documento de constituição da empresa e alterações, conforme o caso, em atendimento ao art. 28 da Lei 8.666/93, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

8.13.2. No caso de sócio-gerente:

- a) Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.14. Serão desclassificadas as propostas de preços, por item ou na totalidade (conforme o caso), que:

8.14.1. Não atenderem, integralmente, a todas às exigências do presente edital, que sejam omissas, não apresentarem a proposta de preços (item 8.1.2 do edital) e/ou resumo da proposta de preços (item 8.1.1 do edital), apresentem irregularidades ou defeitos, omitirem dados requeridos, apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, possuírem amostras reprovadas, quando for o caso, apresentarem divergências entre os preços em algarismos numéricos e extensos e ainda apresentarem erros aritméticos.

8.14.2. Não especificarem detalhadamente o(s) produtos/serviços ofertado(s).

8.14.3. Apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem aos produtos/serviços de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.14.4. Apresentarem preços finais excessivos ou manifestamente inexequíveis;

- a) São considerados excessivos os preços cotados que, após a sessão de lances, ultrapassem os valores unitários estimados;
- b) Apresentarem preços manifestamente inexequível, assim considerado aquele inferior a somatória do custo da aquisição/produção mais os encargos legais;
- c) É facultado ao pregoeiro, quando necessário e antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, suspender a sessão e requerer à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).

8.14.5. Cotarem quantidade(s) do(s) item(ns) inferior(es) ou superior(es) ao(s) quantitativo(s) definido(s) no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

8.15. **Das Propostas Readequadas e Informações dos Itens Ofertados:**

8.15.1. Encerrada a fase competitiva e de habilitação, os vencedores habilitados deverão apresentar proposta de preços readequada aos preços ofertados nos mesmos termos acima estabelecidos;

8.15.2. Para as licitações de fornecimento de deverão apresentar também prospectos, folders, catálogos, ou qualquer meio informativo, dos itens que tenham sido declarados vencedores com fotografia colorida com tamanho mínimo 6x4, com as informações detalhadas de cada item ofertado e todas as informações técnica e/ou nutricionais, marca, modelo, quando for o caso e informações que possa ser possível identificar o produto ofertado.

8.15.3. O prazo para apresentação das propostas e informações acima estabelecidas é de até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão de lances ou do encerramento da fase recursal.



- 8.15.4. As propostas e informações acima relacionadas vincularão o vencedor a entrega fiel dos itens apresentados, qualquer entrega diferente do apresentado, deverá ser aprovado pela Secretaria Solicitante.
- 8.15.5. A não apresentação injustificada da Proposta de Preços Readequada, dentro do prazo estabelecido, configurará desistência do objeto, que levará a convocação do segundo colocado a apresentar a referida proposta, estando o desistente sujeitos as sanções previstas neste edital e disposições legais, respeitado o devido processo administrativo.
- 8.16. Disposições Gerais sobre as Propostas de Preços:
- 8.16.1. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a assinatura da ata de registro de preços, ficam as empresas licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 8.16.2. A participação nos itens expressamente reservados à Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a estas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, além de ser descredenciada do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 8.16.3. As propostas de preços para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) deverão ser apresentadas contemplando 100% (cem por cento) do(s) quantitativo(s) fixado(s) para cada item/lote, não sendo permitidas ofertas especiais, sob pena de desclassificação do item/lote.
- 8.16.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no neste Edital, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à esta Prefeitura Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Municipal.
- 8.16.5. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos e a prestação dos serviços serem entregues sem ônus adicionais.
- 8.16.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que, importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.
- 8.16.7. A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 8.16.8. Na hipótese de o procedimento licitatório vir a sofrer suspensão, o prazo de validade da proposta de preços fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o referido processo permanecer suspenso.
- 8.16.9. Os quantitativos constantes no Termo de Referência são estimativos, não cabendo a esta Prefeitura Municipal o compromisso de adquiri-los em sua totalidade.
- 8.16.10. Se todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar as empresas licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para representação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação, conforme preceitua o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente fundamentado no art. 9º da Lei nº 10.520/02.
- 8.16.11. A descrição de todos os dados da proposta e a juntada de toda a documentação exigida para habilitação, é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.
- 8.16.12. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer empresa licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a



indicação, por parte da empresa licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no Art. 97 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9. HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão ser entregues em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no item 7.2 deste edital, deverão ainda:
- 9.1.1. Estar em nome do licitante, com um único número de CNPJ;
 - 9.1.2. Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
 - 9.1.3. Ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório, ou por servidor da Comissão Permanente de Licitações (CPL), neste caso, conforme estabelecido no item 5.3, alínea "C", deste edital.
- 9.2. Quando se tratar de certidões com prazo de validade em, onde a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem a data da abertura das propostas.
- 9.3. Para participar da presente licitação a empresa deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
- 9.3.1. Habilitação jurídica;
 - 9.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 9.3.3. Qualificação econômica e financeira;
 - 9.3.4. Qualificação técnica;
 - 9.3.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
- 9.4. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 9.4.1. Cédula de identidade do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e
 - 9.4.2. Inscrição de Microempreendedor Individual; ou
 - 9.4.3. Requerimento do Empresário, no caso de empresa individual;
 - 9.4.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas alterações ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, o fornecimento de produtos ou prestação dos serviços da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.
 - 9.4.5. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - 9.4.6. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.
- 9.5. A **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima), comprovando a inscrição para com a Fazenda Federal.
 - a) É facultada a apresentação da prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), se a numeração do mesmo estiver explícita na cédula de identidade.
 - 9.5.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da



Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal juntamente com Certidão Simplificada e Específica, de todos os atos averbados, emitida pela Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa licitante;

- 9.5.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, através de Consulta Pública ao Cadastro Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, expedido pelo Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra) ou Ficha Cadastral Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual juntamente com Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal expedido pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante comprovado possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes municipal através do Alvará de Localização e Funcionamento, expedido pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante;
- 9.5.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 9.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a Certidão Negativa de Débitos (CND);
- 9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa (CND);
- 9.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Prefeitura Municipal;
- 9.5.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Prefeitura Municipal;
- 9.5.9. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 9.5.10. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011) bem como Certidão Negativa de que não contam débitos e/ou processos administrativos decorrentes de autuação por infrações trabalhistas emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.;

9.6. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 9.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, no domicílio, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 9.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível e apresentado na forma da lei, juntamente com certidão de regularidade do profissional responsável pelo balanço, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme segue:

- a) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver o quociente de capacidade econômico financeira indicado em quaisquer dos índices abaixo, considerando o previsto no item 9.8.6, conforme a seguinte apuração:

- i. Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- ii. Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- iii. Índice de Endividamento Total ($\leq 0,50$):

$$IET = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$



- b) É facultado a(s) empresa(s) licitante(s) apresentar(em) o memorial de cálculo acima, pois os índices dos quocientes de capacidade econômico-financeira serão calculados pelo Contabilista desta Prefeitura Municipal.
- 9.6.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 9.6.4. Os "balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis" das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, ou ainda, o balanço patrimonial acompanhado da publicação em jornal oficial ou, em jornal de grande circulação com o registro na Junta Comercial. As demais sociedades comerciais e/ou empresariais deverão apresentar balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista legalmente habilitado, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do livro diário, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, artigo 6º, excetuando-se:
- a) Com espeque no §2º, do artigo 1.179, do Código Civil, o MEI Microempreendedor Individual está desobrigado de apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis.
- 9.6.5. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital - ECO, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras - ICP - Brasil, nos termos da IN-RFB nº 926, de 11 de março de 2009.
- 9.6.6. Na hipótese de alteração do capital social, após a realização do balanço patrimonial, a empresa licitante deverá apresentar documentação de alteração do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.
- 9.6.7. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido, que no decorrer do ano calendário, mantiver livro caixa nos termos da Lei nº 8.981, de 20/01/1995, deverá apresentar, juntamente com o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, cópias dos termos de abertura e encerramento do livro caixa.
- 9.6.8. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital social ou patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do objeto desta licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 9.6.9. Entende-se como, na forma da lei, para fins de julgamento do presente item o Balanço Patrimonial (BP) que apresentar:
- a) Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; Art. 1.180, Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90);
- b) Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE, fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; § 4º do art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Resolução CFC 563/83);



- c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), fundamentado no art. 1.181, Lei 10.406/02; Resolução CFC Nº 563/83; §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02;
- d) Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado na NBC T 2.1.5 (Resolução CFC 563/83); art. 1.179, Lei 10.406/02; art. 177 da Lei nº 6.404/76;
- e) Boa Situação Financeira, fundamentado no art. 7.1, inciso V da IN/MARE 05/95;

9.7. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

9.7.1. No mínimo (01) um Atestado/Declaração de Capacidade Técnica compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo de modo satisfatório, produtos ou serviços da mesma natureza e/ou similares ao da presente licitação compatíveis em características, quantidades e prazos.

- a) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão), obrigatoriamente, possuir a relação do(s) produto(s) ou serviços contendo no mínimo: descrição, unidade de medida e quantitativo(s) fornecido(s).
- b) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) que não possuírem relação do(s) produto(s) ou serviços fornecido(s)/prestado(s) será(ão) declarado(s) inválido(s);
- c) Fica facultado ao licitante juntar aos atestados cópias de Notas Fiscais emitida em favor do emissor do Atestado/Declaração do período de fornecimento ou cópia do instrumento contratual respectivo.

9.7.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, contendo o nome/razão social, CPF/CNPJ, endereço e telefone, ou qualquer outra forma para que o Pregoeiro e equipe de apoio possam valer-se através de contato com os atestadores. Deverá(ão) estar assinado(s) ou rubricado(s), contendo o nome do emitente que o(s) subscreve(em).

- a) É facultada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio ou autoridade superior, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a veracidade das informações apresentada(s) no(s) atestado(s)/declaração(ões), consoante autoriza do §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993.

9.8. Deverá ser apresentado ainda pelo licitante:

- 9.8.1. Declaração expressa de total concordância com os termos do edital, conforme Anexo XIV deste edital.
- 9.8.2. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988 emitida pelo representante legal do licitante, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional, conforme modelo constante do Anexo VIII;
- 9.8.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa licitante, conforme modelo no Anexo IX deste edital.
- 9.8.4. Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) desta Prefeitura Municipal, conforme modelo no Anexo XVI deste edital.
- 9.8.5. Declaração de ausência de impedimentos previstos nos artigos 29, inciso IX com 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, conforme modelo no Anexo XVII deste edital.
- 9.8.6. Declaração comprovando que a empresa licitante recebeu os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação modelo no Anexo XVIII deste edital.
- 9.8.7. Declaração de localização e funcionamento, Anexo XV, comprovando que a empresa possui local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade que deverá ser acompanhada com fotos da fachada do estabelecimento, equipamentos, estrutura de armazenamento, logística e qualquer outro insumo que o proponente julgar necessário ao perfeito fornecimento ou prestação dos serviços.



- 9.8.8. Atestado de Adimplência, expedido pela Prefeitura Municipal de Tracuateua, que comprove que a licitante não se encontra em situação de mora ou inadimplência para com esta Prefeitura Municipal ou que não nunca forneceu para esta municipalidade;
- O Atestado de Adimplência deverá ser requerido na sede desta Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00hrs, sendo o prazo para emissão de 2 (dois) dias úteis;
 - O Atestado de Adimplência deverá ser requerido pelo titular da empresa ou por procurador, mediante a apresentação de documentos que comprovem os poderes de representação da empresa, juntamente com a Solicitação de Atestado de Adimplência, modelo disponível no Anexo XIII, deste Edital.
- 9.8.9. A documentação exigida para habilitação deverá ser entregue ao pregoeiro, com as seguintes recomendações:
- Todos os documentos necessários para habilitação deverão obedecer rigorosamente à ordem sequencial listada no item 9 deste edital.
 - Os documentos deverão estar grampeados ou encadernados, enumerados em ordem crescente e rubricados pela empresa licitante.
- 9.8.10. O não cumprimento ao disposto nos itens 9.8.12 deste edital, não inabilitará a empresa licitante, mas impedirá a mesma de manifestar quaisquer recursos e/ou alegações sobre a inexistência de documento(s) exigido(s) para a sua própria habilitação.
- 9.9. Os documentos relativos a Habilitação, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, da seguinte forma:
- Documento(s) original(is); ou
 - Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) em cartório {frente e verso (este último, se houver)}; ou
 - Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) por servidor da Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante a apresentação do(s) documento(s) original(is) para confronto {frente e verso (este último, se houver)}.
 - A empresa licitante que optar pela forma disposta no item 9.9 deste edital, deverá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, com endereço informado no preâmbulo deste edital, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas), munido do(s) documento(s) original(is) juntamente com a(s) respectiva(s) cópia(s) a ser(e m) autenticada(s), até 1 (um) dia útil da data marcada para abertura dos envelopes.
- 9.10. Disposições gerais sobre habilitação:
- Os licitantes que apresentarem habilitação parcial válida no SICAF ou em certificado de registro cadastral, expedido por órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos por eles, desde que seja possível consulta-los por meio eletrônico, obrigando-se o licitante a apresentar o referido Certificado e ainda:
 - Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, o licitante deverá encaminhá-lo com o respectivo prazo atualizado, juntamente com o respectivo registro cadastral;
 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;
 - Para fins de habilitação, a verificação por esta Prefeitura Municipal, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;
 - Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação, o Pregoeiro poderá assinalar prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária;



- 9.10.6. Caso haja divergência entre os números do CNPJ mencionados na proposta e nos documentos exigidos, tal situação somente será aceita se os tributos forem recolhidos de forma centralizada, sendo que essa informação deverá constar do próprio documento ou ser comprovada através de declaração do órgão expedidor, a qual deverá acompanhar os documentos de habilitação;
- 9.10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os documentos que, pela sua natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz;
- 9.10.8. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentado pelo Decreto Nº 6.204/2007;
- 9.10.9. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, bem como o envio do mesmo pelo correio.
- 9.10.10. As certidões e os documentos expedidos pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor, a ser feita pelo pregoeiro, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas.
- 9.10.11. Todos os documentos a serem confeccionados pela proponente, ou através dos modelos fornecidos por esta Prefeitura Municipal ou através de modelos já utilizados pela proponente, deverão, obrigatoriamente, emitidos em papel timbrado da empresa licitante, possuindo razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone (se houver), fax (se houver) e endereço eletrônico e-mail (se houver). Os referidos documentos deverão ainda, estar assinados ou rubricados pelo representante legal contendo o nome completo do mesmo.
- 9.10.12. Não será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 48, §3º da Lei 8.666/93 e no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, conforme segue:
- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames Licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - b) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.
- 9.10.13. Se a documentação de habilitação estiver expirada, não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o pregoeiro considerará a empresa licitante inabilitada.
- 9.10.14. A falsidade das declarações prestadas pela empresa licitante caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-se ainda às sanções administrativas previstas neste edital, bem como demais legislações vigentes.
- 9.10.15. A empresa licitante arcará com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação da documentação para habilitação.
- 9.10.16. Todos os documentos habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registros no Cartório de Tributos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa (Brasil), também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Tributos e Documentos.

10. JULGAMENTO

10.1. Classificação das Propostas



- 10.1.1. Proceder-se-á à abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e aos seguintes procedimentos:
- a) Rubrica e análise preliminar das propostas em conformidade com o objeto e exigências deste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
 - b) Classificação para a fase de lances da proposta de menor valor por item, e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço;
 - c) Classificação de até três propostas, quaisquer que sejam os valores ofertados, quando não houverem, no mínimo, três propostas válidas nas condições definidas na alínea b);
 - d) A não classificação da proposta para a fase de lances importa a perda do direito de participar da fase competitiva.
- 10.1.2. Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor deste último.
- 10.1.3. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação;
 - b) Desatenderem às exigências deste edital;
 - c) Ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
 - d) Contenham preços manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida e não comprovarem sua exequibilidade, cabendo o ônus da comprovação da exequibilidade dos preços ao autor da proposta, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro;
- 10.1.4. Para as licitações cujo critério seja o Menor Preço do Lote, a desclassificação de um único item do Lote implicará a desclassificação da proposta apenas para aquele Lote.
- 10.1.5. Caso o envelope com a indicação externa “Proposta de Preços” não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 10.1.6. A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 10.2. Fase de Lances Verbais
- 10.2.1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos e decrescentes, a partir do licitante detentor da proposta de maior preço por item e os demais, em ordem decrescente dos valores ofertados.
- 10.2.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado.
- 10.2.3. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances, ressalvados os casos de “empate ficto”, previsto no art. 44 da Lei Complementar Nº 123/2006.
- 10.2.4. Nesta fase, a disputa será por menor valor por item.
- 10.2.5. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado.
- 10.2.6. Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal e não havendo empate, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas pelo critério do menor valor por item da proposta.
- 10.2.7. O licitante que ofertar o menor valor por item será classificado em primeiro lugar, pelo critério de julgamento por preço por item.
- 10.3. Se estiverem participando do certame microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas e ocorrer “*empate ficto*”, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.



- 10.3.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou COOPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou COOPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada;
- 10.3.2. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou COOPs sediadas no âmbito local, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou COOPs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada;
- 10.4. O Pregoeiro poderá ainda fazer contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
 - 10.4.1. A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último valor apresentado para efeito de ordenação das propostas.
 - 10.4.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste edital e na legislação pertinente.
- 10.5. Encerrada a etapa competitiva de cada item, ordenadas as propostas, e efetuada a negociação, se for o caso, o Pregoeiro procederá ao julgamento dos documentos de habilitação.
 - 10.5.1. Caso o vencedor do item já tenha sido declarado Habilitado em avaliação de item anterior, será dado continuidade a análise e lances dos itens subsequentes, até que não restem mais itens a serem avaliados.
- 10.6. Todos os preços unitários deverão ser ajustados, de forma que nenhum valor unitário seja superior aos unitários estimados pela Administração.
- 10.7. Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao atendimento dos requisitos e especificações constantes no edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito e verificará a habilitação do licitante conforme as disposições do edital.
- 10.8. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- 10.9. A licitante terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da proposta readequada ao último valor ofertado.
- 10.10. A proposta readequada não poderá, em hipótese alguma, ter valor superior ao último lance ofertado pela empresa.
- 10.11. Em caso de divergência entre informações contidas em documentos anexos à proposta e o descrito nesta, prevalecerá o conteúdo da proposta.
- 10.12. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus anexos, durante a licitação.
- 10.13. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

11. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Ultrapassada a fase de análise do item apresentado na proposta e abertos os envelopes "Documentos de habilitação" não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 11.2. O Julgamento dos Documentos de Habilitação se dará à medida em que os licitantes forem sendo declarados vencedores de cada item.
- 11.3. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentos de Habilitação", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, bem como expedirem declarações falsas, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02, não se admitindo complementação posterior à sessão.



- 11.4. Se a empresa licitante emitir declarações falsas, apresentar documentação de habilitação falsificada ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a empresa licitante será inabilitada e contra a mesma decairá as penalidades previstas em lei, conforme cada caso.
- 11.5. Será inabilitada também a licitante que não possuir endereço físico, ou o local e instalações serem inadequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade.
- 11.6. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06.
- 11.7. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os licitantes presentes.
- 11.8. Se não houver tempo suficiente para a abertura e julgamento dos envelopes “Proposta de preços” e “Documentos de habilitação” em uma única sessão, ou, ainda, se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a sessão será suspensa, tendo continuidade em nova data, para a qual serão intimados os licitantes.
- 11.9. Após encerrada a licitação, os envelopes contendo a documentação ficarão em posse do Pregoeiro de modo a garantir a execução contratual.

12.RECURSOS

- 12.1. Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo o licitante interessado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, as quais deverão ser entregues diretamente na sala da Comissão Permanente de Licitações (CPL).
- 12.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, na própria sessão pública.
- 12.3. Serão rejeitadas as manifestações de recursos, cujas razões não possuam fundamentação de fato ou de direito e que sejam meramente protelatórias.
- 12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado, à autoridade competente, que proferirá decisão definitiva.
- 12.6. Os autos permanecerão com vista franqueada na sala da Comissão Permanente de Licitações (CPL) a todos os interessados.

13.HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Não havendo manifestação de recurso, o Pregoeiro declarará a proponente vencedora (Beneficiária da Ata de Registro de Preços), e submeterá o processo à apreciação da autoridade superior, que poderá homologar, revogar ou anular o procedimento licitatório.
- 13.2. Ocorrendo a manifestação de interposição de recurso, caberá à autoridade competente a adjudicação e homologação da licitação.

14.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 14.1. Homologado o resultado desta licitação, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores classificados, para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 14.2. A convocação se dará através de Publicação na Imprensa Oficial desta Prefeitura Municipal e, caso informado pelo licitante, através de endereço eletrônico de e-mail.
 - 14.2.1. A assinatura deverá ser realizada pessoalmente nesta Prefeitura Municipal, ou na impossibilidade desta, o licitante deverá encaminhar o documento digitalizado no endereço de e-mail informado no preâmbulo deste edital e posteriormente enviado através de correspondência ao endereço informado no preâmbulo do presente edital.



- 14.3. É facultado a esta Prefeitura Municipal, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 14.4. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 14.5. No ato da assinatura da ata de registro de preços será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas no edital, e se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.
- 14.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 14.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 14.8. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ARP**
- 14.8.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço – ARP, os órgãos participantes ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, respeitando-se os limites legais para tal.
- 14.8.2. Os órgãos ou entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto a Comissão Permanente de Licitações, para que este indique os possíveis fornecedores.
- 14.8.3. Caberá aos fornecedores beneficiários da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços.
- 14.8.4. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de ofício emitido pela responsável pelo Órgão Gerenciador.
- 14.9. As empresas não vencedoras que estiverem com suas propostas classificadas poderão igualar aos preços ofertados pela proponente vencedora, desde que cumpram com os requisitos de habilitação exigidos neste edital.

15.DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

- 15.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei Nº 8.666/93 e da Lei Nº 10.520/2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- 15.1.1. Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- 15.1.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- 15.1.3. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- 15.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

16.VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 16.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contínuos, incluídas as eventuais prorrogações, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.



17.CONTRATAÇÃO

- 17.1. Quando da existência de demanda para os produtos ou serviços registrados, esta Prefeitura Municipal convocará o detentor do menor preço registrado para retirada da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato (Anexo IX) que deverá ocorrer em até 05(cinco) dias úteis, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito por esta Prefeitura Municipal.
- 17.2. A convocação se dará através de Publicação na Imprensa Oficial desta Prefeitura Municipal e, caso informado pelo licitante, através de endereço eletrônico de e-mail.
 - 17.2.1. A assinatura deverá ser realizada pessoalmente nesta Prefeitura Municipal, ou na impossibilidade desta, o licitante deverá encaminhar o documento digitalizado no endereço de e-mail informado no preâmbulo deste edital e posteriormente enviado através de correspondência ao endereço informado no preâmbulo do presente edital.
- 17.3. A recusa injustificada da beneficiária da ata de registro de preços em assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido lhe sujeitará, além das demais penalidades previstas em lei, as do presente Edital.
- 17.4. A nota de empenho deverá ser retirada e/ou o contrato assinado por representante da beneficiária da ata de registro de preços, devidamente habilitado.
- 17.5. Os contratos decorrentes desta licitação deverão ser assinados ou as notas de empenho emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 17.6. A vigência dos contratos decorrentes desta licitação obedecerá aos termos do Art. 57 da Lei Nº 8.666/93.
- 17.7. Os contratos decorrentes desta licitação poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65, da Lei Nº 8.666/93.

18.GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Departamento de Compras, através de servidor designado, competindo-lhe:
 - 18.1.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos produtos ou serviços registrados;
 - 18.1.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;
 - 18.1.3. Notificar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para retirada da nota de empenho;
 - 18.1.4. Observar, durante a vigência da Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
 - 18.1.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;
 - 18.1.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;
 - 18.1.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na Ata.

19.ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO NOS PREÇOS REGISTRADOS

- 19.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Nº 8.666/93.
- 19.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens registrados ou serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Nº 8.666/93.



- 19.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 19.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 19.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 19.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, esta Prefeitura Municipal poderá:
 - 19.6.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 19.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 19.7. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 19.8. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 20.1.1. Descumprir as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços;
 - 20.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - 20.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
 - 20.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02.
- 20.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d”, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 20.3.1. Por razões de interesse público; ou
 - 20.3.2. A pedido do fornecedor.

21. CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 21.1. Os pedidos dos produtos ou serviços a serem contratados por esta Prefeitura Municipal, serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. O fornecimento deverá ser da forma prevista no Termo de Referência, Anexo I a este edital.
- 21.2. O recebimento do objeto será nos moldes do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93;
- 21.3. Esta Prefeitura Municipal rejeitará, no todo ou em parte, os produtos fornecidos ou serviços prestados em desacordo com o respectivo Termo de Referência, especificações e condições deste Edital, da proposta de preços, da Ata de Registro de Preços e do contrato.
- 21.4. O recebimento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, nem da ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.



22.FISCALIZAÇÃO

- 22.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do fornecedor Beneficiário do Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços será fiscalizada pelo Órgão Gerenciador, mediante servidor designado por portaria, designado Gestor da Ata e Fiscal do Contrato.

23.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do objeto, por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, para crédito na conta corrente por ele indicada.
- 23.2. Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, acompanhada das Certidões Negativas de Débito do FGTS, INSS, Trabalhista, Receita Estadual e Federal.
- 23.3. A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento (modelo Anexo XI), deverá ser entregue no Departamento Financeiro o qual encaminhará ao Controle Interno para juntada ao processo de contratação juntamente com os documentos relativos ao pagamento.
- 23.4. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei Nº 8.666/93.
- 23.5. A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.
- 23.6. Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,0001644, "pro rata die".
- 23.7. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 23.8. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Previdência Social (INSS), o Fundo de Garantia Sobre Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) e os Tributos Federais.

24.DAS OBRIGAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL

- 24.1. Além das obrigações previstas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, esta Prefeitura Municipal, compromete-se a:
- 24.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, devidamente identificados, quando necessário, às dependências desta Prefeitura Municipal;
- 24.1.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- 24.1.3. Notificar o fornecedor beneficiário da Ata quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax, ou outro meio ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;
- 24.1.4. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega do objeto e interromper imediatamente ao fornecimento dos produtos ou a prestação dos serviços, se for o caso;
- 24.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas na Ata;
- 24.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 24.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues ou serviços prestados em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor, além daqueles que não apresentarem condições de serem utilizados.



25.DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

25.1. Além das obrigações previstas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, o fornecedor beneficiário do registro fica obrigado a:

- 25.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- 25.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao órgão gerenciador e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 25.1.3. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 25.1.4. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a contratante;
- 25.1.5. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da contratação;
- 25.1.6. Comunicar à fiscalização desta Prefeitura Municipal, por escrito quando verificar quaisquer condições inadequadas ao fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços, ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 25.1.7. Manter preposto, aceito pela administração desta Prefeitura Municipal, durante todo período de vigência do contrato, para representá-lo sempre que for necessário;
- 25.1.8. Informar ao Departamento de Compras desta Prefeitura Municipal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 25.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 25.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE.
- 25.1.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos produtos ou serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

- 26.1. O licitante/beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 26.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:
- 26.3. Multa de:
 - a) 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da contratação em decorrência do não fornecimento dos produtos ou serviços, sem justificativa, no momento da solicitação, por cada recusa observada. Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro;



- b) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, no caso de suspensão do fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, se configurará, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação por suspensão no fornecimento por período superior ao previsto no item "II", da alínea "b", e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido no edital, anexos e no contrato ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- 26.4. A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com esta Prefeitura Municipal poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.
- 26.5. As multas previstas neste Edital serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos por esta Prefeitura Municipal.
- 26.6. Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o Fornecedor ou Beneficiário da Ata obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, através do DARE, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura, sob pena de cobrança judicial.
- 26.7. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 26.8. A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 26.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.
- 26.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 27.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 27.3. O Pregoeiro ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 27.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.5. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 27.6. O Beneficiário do Registro de Preços deverá manter atualizados, durante toda a contratação, todos os seus dados, como representantes, endereço, telefone, e-mail e outros meios de comunicação, sob pena de, não sendo devidamente informado por esta Prefeitura Municipal, as notificações/comunicações serem consideradas efetivamente realizadas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



- 27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no veículo de Imprensa Oficial do Município de Tracuateua - PA.
- 27.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.
- 27.9. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 27.10. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Tracuateua - PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 27.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 27.12. **São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:**

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Carta Credencial
Anexo III	Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo IV	Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação
Anexo V	Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
Anexo VI	Modelo de Resumo de Proposta de Preços
Anexo VII	Modelo de Proposta de Preços
Anexo VIII	Modelo de Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do art. 7º, CF/88
Anexo IX	Modelo de Declaração de inexistência de fatos impeditivos da habilitação
Anexo X	Minuta da ata de registro de preços
Anexo XI	Minuta do contrato
Anexo XII	Formulário de cadastro
Anexo XIII	Modelo de Solicitação de Atestado de Adimplência
Anexo XIV	Modelo de Declaração expressa de total concordância com os termos do edital
Anexo XV	Modelo de Declaração de localização e funcionamento
Anexo XVI	Modelo de Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) do município de Tracuateua - PA.
Anexo XVII	Modelo de Declaração de ausência de impedimentos previstos nos artigos 29, inciso IX c/c 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Constituição Federal"
Anexo XVIII	Modelo de Declaração comprovando que a empresa licitante recebeu os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação
Anexo XIX	Modelo de Planilha Eletrônica

Tracuateua - PA, 16 de abril de 2018

Evandro Costa Lago
Pregoeiro Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência se destina a contratação de empresa especializada para de a aquisição de material gráfico e serigráfico, necessários ao exercício e continuidade da atividade administrativa no âmbito da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Tracuateua do Estado do Pará.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação encontra-se amparada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2. Tendo em vista a necessidade premente de a Administração Pública dar continuidade as atividades administrativas rotineiras desta Secretaria Municipal de educação, em atendimento ao Art. 37º, da Constituição Federal, o qual bem versa sobre o princípio vinculante da eficiência da administração pública, os serviços se justifica pelas necessidades desta Prefeitura e Secretarias para a contratação de empresa especializada para a aquisição de material gráfico e serigráfico, para atender as necessidades da Prefeitura, Secretaria e Fundos do Município de Tracuateua/PA.

2.3. Tendo em linha de considerando o princípio da economicidade e demais princípios aos quais vinculam a administração pública;

3. METODOLOGIA

3.1. O presente serviço será realizado por meio de PREGÃO PRESENCIAL – SRP, observando os dispositivos legais, pela lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. A escolha da MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP, para a realização deste processo justifica-se pela Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens, e dá outras providências.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.

5.1. Os produtos a serem executados constam na pauta em anexo, estando especificadas: item, descrição dos produtos, unidade, quantidade, valor unitário e valor total de cada serviço a ser ofertado.

5.2. Constatado qualquer irregularidade, quanto à qualidade e quantidade, no ato dos serviços, os mesmos serão recusados, devendo ser repostos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) sem adição de qualquer ônus para esta administração pública municipal.

6. DO LOCAL E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. Os produtos serão entregues de acordo com o cronograma expedido pelo Setor Competente da Prefeitura e Secretaria, o qual atestará seu recebimento.

7. DA COTAÇÃO DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os valores a serem registrados levarão em conta a cotação de preço efetuada pelo Departamento de Compras conforme Mapa de Apuração de Preço, anexo, estando este compatível com o valor praticado no mercado local.

As despesas ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

Exercício: 2018

Exercício: 2018

Órgão: Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e Fundos



Unidade Orçamentária	Projeto – Atividade	Categoria Econômica
	Prefeitura Municipal de Tracuateua/Secretarias e Fundos	
10 – Secretária Municipal de Administração	04 122 0002 2.033 – Manutenção da Secretária Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
06 – Secretária Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico	04 122 0002 2.017 - Manutenção da Secretária Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
07 – Secretária Municipal de Infraestrutura e transporte	04 122 0002 2.022 – Manutenção da Secretária Municipal de Infraestrutura e Transporte	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
16 – Secretária Municipal de Assistência Social	08 122 0002 2.061 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social 08 122 0023 2.062 – Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 08 242 0005 2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
17 – Fundo Municipal de Assistência Social	08 241 0011 2.071 – Manutenção do Piso Básico 08 244 0136 2.080 – Manutenção do Bolsa Família	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
05 – Secretária Municipal de Finanças	04 122 0002 2.014 - Manutenção da Secretária Municipal de Finanças	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
11 – Secretária Municipal de Educação	04 122 0002 2.037 – Manutenção da Secretaria de Educação	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
12 – Fundo Municipal de Educação	04 122 0002 2.042 - Manutenção do Salário Educação	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
13 – FUNDEB	04 122 0002 2.045 – Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola 04 122 0002 2.048 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB – 40%	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
14 – Secretaria Municipal de Saúde	10 122 0002 2.057 – Manutenção e Coordenação Geral do FMS	3.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ
21 – Fundo Municipal de Saúde	10 301 0200 2.084 – Manutenção do Programa de Atenção Básica – PAB FIXO 10 301 0200 2.086 – Manutenção do Programa Saúde da Família 10 301 0200 2.090 – Manutenção do PAB – Estadual 10 301 0200 2.091 – Manutenção do CAPS 10 302 0210 2.093 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade	33.3.90.39.00 Outros Serviço de PJ

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos entregues, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pela Contratante, vedada a antecipação;
- 8.2. O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta da Contratada;
- 8.3. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus a ser pago pela Contratante;



8.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada da Certidão Conjunta de Débitos, Certidão de débitos estaduais (Tributaria e não Tributaria), Certidão de débitos municipais, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A contratada receberá programação dos produtos a serem realizados por meio de “Requisição de Produtos” emitida pela Prefeitura e Secretarias Municipais do Município de Tracuateua-Pa ou setor responsável indicado pela mesma.

9.2. Os casos omissos ficarão a critério da CONTRATANTE para esclarecimentos e dirimir dúvidas.

9.3. A Contratada assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou objetos que causar à Prefeitura Municipal, ou a terceiros, por si, representantes e ou sucessores.

9.4. Em caso de ausência da entrega no dia marcado, a Contratada deverá informar com antecedência de até 24:00 horas, caso não informado, caberá sanções conforme prevê as cláusulas contratuais.

LISTA DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITARIO MÉDIO
1	CRACHÁ COM CORDÃO	UNID.	2.000	R\$ 8,77
2	PANFLETOS – P/B – F/32	UNID.	5.000	R\$ 0,22
3	PANFLETO COLORIDO – F/32	UNID.	5.000	R\$ 0,27
4	CARTAZ – P/B – F/4	UNID.	5.000	R\$ 0,60
5	CARTAZ COLORIDO – F/4	UNID.	10.000	R\$ 1,17
6	CARTAZ COLORIDO – F/2	UNID.	10.000	R\$ 1,50
7	ENCADERNAÇÃO PEQ. ATÉ 50 FLS	UNID.	1.200	R\$ 3,72
8	ENCADERNAÇÃO MÉDIA ATÉ 200 FLS	UNID.	1.200	R\$ 3,72
9	ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 500 FLS	UNID.	1.200	R\$ 3,72
10	ADESIVO PEQUENO P/ EVENTO	UNID.	1.200	R\$ 1,71
11	ADESIVO PEQUENO COLORIDO	UNID.	2.000	R\$ 2,29
12	ADESIVO GRANDE – F/A4 – PRETO E BRANCO	UNID.	2.000	R\$ 1,42
13	ADESIVO GRANDE – F/A4 – COLORIDO	UNID.	2.500	R\$ 3,52
14	PASTA DE PAPELÃO COM LOGOMARCA – F/2	UNID.	5.000	R\$ 3,77
15	BLOCO DE PAPEL TIMBRADO PEQUENO – F/32	UNID.	300	R\$ 3,79
16	BLOCO PAPEL TIMBRADO MÉDIO – F/16	UNID.	300	R\$ 10,44
17	BLOCO DE PAPEL TIMBRADO – TAM. A4	UNID.	500	R\$ 18,58
18	BLOCO DE MEMORANDO TIMBRADO – F/16	UNID.	500	R\$ 10,46
19	ENVELOPE TIPO SACO “G” TIMBRADO	UNID.	2.000	R\$ 1,49
20	ENVELOPE TIPO SACO “M” TIMBRADO	UNID.	2.000	R\$ 1,13
21	ENVELOPE TIPO SACO “P” TIMBRADO	UNID.	2.000	R\$ 0,81
22	ENVELOPE PARA OFICIO TIMBRADO	UNID.	3.000	R\$ 0,60
23	ENVELOPE PARA MEMORANDO TIMBRADO	UNID.	1.000	R\$ 1,04
24	CARIMBO AUTOMÁTICO “M”	UNID.	170	R\$ 35,89
25	CARIMBO AUTOMÁTICO “P”	UNID.	150	R\$ 32,76
26	CARIMBO AUTOMÁTICO “G”	UNID.	100	R\$ 42,40
27	RECIBO 11X17 CM, MERCADO SEDE 20X11 CM, PAPEL AP 75 GR 1X0 COL	BLC	300	R\$ 8,54
28	RECIBO DE CONTRIBUINTE SUBSTITUTO DO ISSQN, 20X11 CM, PAPEL AP 75 GR, 1X0 COL	BLC	300	R\$ 8,54
29	RECIBO DE PROTOCOLO TAM. 15X21 CM, PAPEL AP 75 GR, 1X0 COL	BLC	300	R\$ 8,54
30	RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO TAM. 21X29 CM, 7 CM, PAPEL AP 75 GR, 1X0 COR	BLC	50	R\$ 20,05
31	TAXA DE TRIBUTO MUNICIPAL TAM. 18X18 CM, PAPEL 75 GR, 1X0 COR	BLC	300	R\$ 8,54
32	REQUISIÇÃO DE GASOLINA, TAM. 12X21 CM, PAPEL AP 75 GR, 1X0 COR	BLC	500	R\$ 8,54



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



33	REQUISIÇÃO EM GERAL, TAM. 12X21CM, PAPEL 75 GR, 1X0 COR	BLC	300	R\$	8,54
34	FORMULÁRIO DE DENÚNCIA, TAM. 21 X29,7 CM, PAPEL 75G, 1X0 GR	UNID.	100	R\$	19,87
35	FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO – TAM. 21X29,7 CM, PAPEL AP 75 GR, 1X0 COR	UNID.	100	R\$	19,77
36	ALVARÁ DE INSPEÇÃO E FUNCIONAMENTO – TAM. 21X15, PAPEL 75 GR, 1X0 COR	UNID.	100	R\$	3,79
37	AUTUAÇÃO DE OBRAS E TERRAS, TAM. 15X21 CM, PAPEL AP 75 GR	UNID.	50	R\$	3,82
38	AUTUAÇÃO PARA CADASTRO DE AGRICULTOR E DA PROPRIEDADE	UNID.	50	R\$	3,76
39	AUTUAÇÃO PARA CADASTRO DE PESCADOR – TAM. 21X29,7 CM, PAPEL AP 75 GR	UNID.	50	R\$	3,76
40	CAPA PARA PROCESSO, TAM. 21X29,7 CM, PAPEL AP 180 GR, 1X1 COR	UNID.	10.000	R\$	2,04
41	CONTRA CAPA DE PROCESSO, TAM. 21X 29,7 CM, PAPEL 180GR, 1X1 COR	UNID.	10.000	R\$	2,04
42	CONFECCÃO DE CERTIFICADO, IMP. PAPEL COUCHÊ 300 GR, EM POLICROMIA 21 X29,7 CM	UNID.	1.500	R\$	4,17
43	CONFECCÃO DE FOLDER, EM POLICROMIA, PAPEL COUCHÊ LISO, 150 GR. ESPECIFICAÇÃO: FORMATO ABERTO 29,0X20,5 CM, DOBRADO	UNID.	10.000	R\$	0,97
44	CARTÃO DE VISITA, ESPECIFICAÇÃO: PAPEL COUCHÊ 300 GR, COM VERNIZ LOCALIZADO, FORMATO 5,5X9,5 CM, EM POLICROMIA.	UNID.	1.500	R\$	0,54
45	CONVITE, ESPECIFICAÇÃO: 14,8X10,0 CM, EM POLICROMIA, CORES, PAPEL COUCHÊ 300GR COM ENVELOPE, COM TIMBRE EM POLICROMIA.	UNID.	3.000	R\$	3,67
46	CONVITE, ESPECIFICAÇÃO: 21X14,8 CM, EM POLICROMIA, CORES, PAPEL COUCHÊ 300GR, COM ENVELOPE, COM TIMBRE EM POLICROMIA.	UNID.	3.000	R\$	4,56
47	ENVELOPE, 114X162 MM, COR BRANCA. ESPECIFICAÇÃO, TIMBRADO EM UMA COR, PAPEL AP 90 GR	UNID.	2.000	R\$	0,98
48	ENVELOPE, 240X340 MM, BRANCO. ESPECIFICAÇÃO: TIMBRADO EM UMA COR, PAPEL AP 90 GR	UNID.	2.000	R\$	1,51
49	ENVELOPE, 115X230 MM, BRANCO. ESPECIFICAÇÃO: TIMBRADO EM UMA COR, PAPEL AP 90G	UNID.	2.000	R\$	0,96
50	ENVELOPE 410X310 MM, BRANCO. ESPECIFICAÇÃO: TIMBRADO EM UMA COR, PAPEL AP 90 GR	UNID	1.000	R\$	1,92
51	BANNER IMPRESSO EM LONA, 1,20X0,90 MT, ESPECIFICAÇÃO: IMP. EM POLICROMIA, SOBRE LONA VINÍLICA, ACABAMENTO COM DUAS HASTES, EM CADA EXTREMIDADE, SENDO CORDA DE SUSTENTAÇÃO PARA SUPORTE.	UNID.	150	R\$	85,31
52	BANNER IMPRESSO EM LONA, 2,5X3,0 MT. ESPECIFICAÇÃO: IMP. EM POLICROMIA, SOBRE LONA VINÍLICA, ACABAMENTO COM DUAS HASTES, UMA EM CADA EXTREMIDADE, SENDO CORDA DE SUSTENTAÇÃO DESMONTÁVEL.	UNID.	80	R\$	633,07
53	CAPA DE IPTU	UNID.	10.000	R\$	0,82
54	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL – F/16 – 2 VIAS	BLC	200	R\$	10,85
55	BLOCO DE ANOTAÇÕES – F/32 – 2 VIAS	BLC	100	R\$	5,07
56	BLOCO DE RECIBO – F/16 – 2 VIAS	BLC	200	R\$	11,07
57	BLOCO DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO, TAM. A4 – 2 VIAS	BLC	100	R\$	19,63
58	BLOCO DE REQUERIMENTO, TAM. A4 – 2 VIAS	BLC	100	R\$	19,94
59	BLOCO FORMULÁRIO P/ CADASTRO, TAM. A4, 1 VIA	BLC	100	R\$	19,57
60	IMPRESSÃO COLORIDA – TAM. A4	UNID.	7.000	R\$	3,64
61	IMPRESSÃO COLORIDA – TAM. A3	UNID.	5.000	R\$	5,87
62	IMPRESSÃO P/B – TAM. A4	UNID.	13.000	R\$	0,63
63	IMPRESSÃO P/B – TAM. A3	UNID.	5.000	R\$	1,15
64	IMPRESSÃO PAPEL ADESIVO – F/16	UNID.	2.000	R\$	2,99



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



65	XEROX – P/B – TAM. A4	UNID.	100.000	R\$	0,55
66	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM LONA, COM ACABAMENTO EM METALON, MT²	MT²	500	R\$	281,38
67	CERTIFICADO – TAM. 210X297 MM, A4 – COLORIDO	UNID.	2.000	R\$	3,96
68	OUTDOOR	UNID.	30	R\$	681,07
69	FOLDERS DIVERSOS - F. A4	UND	2000	R\$	1,28
70	CERTIFICADO PEQ. - F. 18	UND	1000	R\$	4,03
71	CARTILHA INFORMATIVA	UND	1000	R\$	14,27
72	CRACHÁ C/ CORDÃO	UND	500	R\$	4,74
73	ENCADERNAÇÃO PEQ. ATÉ 50 FLS	UND	1000	R\$	3,97
74	ENCADERNAÇÃO MEDIA ATÉ 200 FLS	UND	1000	R\$	4,75
75	ENCADERNAÇÃO G. ATÉ 500 FLS	UND	200	R\$	5,45
76	FICHA DE REFERENCIA TIMBRADO	UND	2.000	R\$	0,91
77	FICHA DE CONTRA REFERENCIA (TIMBRADO)	UND	2.000	R\$	0,91
78	CARTAZ – TAM. A3	UND	5000	R\$	1,14
79	INSTRUMENTAIS TECNICOS CRAS	BLOCO	30	R\$	21,14
80	INSTRUMENTAIS TECNICOS CREAS	BLOCO	30	R\$	21,14
81	INSTRUMENTAIS TECNICOS CONSELHO TUTELAR	BLOCO	30	R\$	21,14
82	INSTRUMENTAIS TECNICOS BOLSA FAMILIA	BLOCO	30	R\$	21,14
83	FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO	BLOCO	100	R\$	21,94
84	FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO INTERNA	BLOCO	100	R\$	24,07
85	CARIMBOS DIVERSOS	UND	50	R\$	39,19
86	IMPRESSÃO COLORIDA – TAM. A4	UND	1000	R\$	3,33
87	IMPRESSÃO P/B – TAM. A4	UND	2000	R\$	0,64
88	IMPRESSÃO COLORIDA – TAM. A3	UND	2000	R\$	5,91
89	IMPRESSÃO – P/B – TAM. A3	UND	1000	R\$	1,15
90	XEROX – P/B - TAM. A4	UND	100.000	R\$	0,54
91	BANNER EM LONA – MED. 1,20X0,80 MT	UND	100	R\$	83,07
92	FAIXA INFORMATIVA, 3X1 MT	UND	100	R\$	249,79
93	OUTDOOR	UND	25	R\$	672,07
94	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC ESPANDIDO	UND	100	R\$	52,87
95	CONVITES, TAM. 21X15 CM, ENVELOPADOS	UND	300	R\$	4,32
96	ADESIVOS, MEDINDO 10X15 CM PARA NECESSIDADES DIVERSAS.	UNID.	1.000	R\$	1,92
97	ADESIVO EM VINIL COM LOGOMARCA DA SEMED, ADMINISTRAÇÃO, BRASÃO DO MUNICÍPIO COM INFORME "A SERVIÇO DA SEMED".	M²	150	R\$	89,96
98	BANDEIRINHA TAMANHO 22X15 CM, PAPEL COUCHE COLORIDO (BRASIL).	UNID.	10.000	R\$	1,17
99	BANDEIRINHA TAMANHO 22X15 CM, PAPEL COUCHE COLORIDO (PARÁ).	UNID.	10.000	R\$	1,17
100	BANDEIRINHA TAMANHO 22X15 CM, PAPEL COUCHE COLORIDO (TRACUATEUA).	UNID.	10.000	R\$	1,17
101	BANDEIRAS EM TECIDOS, TAM. PADRÃO (BRASIL).	UNID.	500	R\$	693,77
102	BANDEIRAS EM TECIDOS, TAM. PADRÃO (PARÁ).	UNID.	500	R\$	693,77
103	BANDEIRAS EM TECIDOS, TAM. PADRÃO (TRACUATEUA).	UNID.	500	R\$	693,77
104	BANNER: PRODUÇÃO GRÁFICA DE BANNER, MEDINDO 2,40X3,60 M, IMPRESSO EM JATO DE TINTA, SOBRE LONA VINÍLICA, 4/0 CORES. ACABAMENTO COM DUAS HASTES, UMA EM CADA EXTREMIDADE, SENDO UMA COM CORDA DE SUSTENTAÇÃO PARA SUPORTE DESMONTÁVEL.	UNID.	200	R\$	712,18
105	BANNER: PRODUÇÃO GRÁFICA DE BANNER, MEDINDO 0,80X1,20 M, IMPRESSO EM JATO DE TINTA, SOBRE LONA VINÍLICA, 4/0 CORES. ACABAMENTO COM DUAS HASTES, UMA EM CADA EXTREMIDADE, SENDO UMA COM CORDA DE SUSTENTAÇÃO PARA SUPORTE DESMONTÁVEL.	UNID.	300	R\$	84,95



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



106	BLOCO DE ANOTAÇÕES – TAM. A4, GRAM. 75G/M ² , IMPRESSÃO COLORIDA MARCA D'ÁGUA (20 FLS. CADA).	UNID.	300	R\$	24,29
107	BLOCO DE PAPEL MEMORANDO, TAM. A4, GRAM. 75G/M ² , C/100 FLS. TIMBRADO COLORIDO.	BLOCO	300	R\$	18,01
108	BLOCO DE PAPEL OFÍCIO, TAM. OFÍCIO, GRAM. 75G/M ² , C/100 FLS. TIMBRADO COLORIDO.	BLOCO	300	R\$	25,27
109	BOLETIM ESCOLAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – MEDINDO 14 X 20 CM, GRAM. 75G/M ² , 5 FLS. COM CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMPRESSO COLORIDO.	UNID.	5.000	R\$	1,06
110	BOLETIM ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL 9 ANOS - TAM. A4, PAPEL CARTOLINA, COR BRANCA, FRENTE E VERSO, UMA COR.	UNID.	5.000	R\$	2,90
111	CALENDÁRIO ESCOLAR – TAM. 30X42 CM, FORMATO 4, PAPEL COUCHE 115G/M ² , COLORIDO.	UNID.	3.000	R\$	1,89
112	CALENDÁRIO ESCOLAR – TAM. A4, FORMATO 8, PAPEL COUCHE 115G/M ² , COLORIDO.	UNID.	3.000	R\$	1,21
113	CARIMBO PERSONALIZADO.	UNID.	200	R\$	38,86
114	CARTA –TAM. A4, GRAM. 75G/M ² , UM LADO SÓ, IMPRESSÃO COLORIDO.	UNID.	2.000	R\$	1,60
115	CARTAZ - CONFECÇÃO DE FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE CARTAZ FORMATO 46X64 CM, 4/0 CORES, IMPRESSO EM PAPEL COUCHE, BRILHO OU FOSCO, 170G.	UNID.	3.000	R\$	1,65
116	CARTAZ EDUCATIVO MÉDIO – TAM. 30X42 CM, FORMATO 4, PAPEL COUCHE, 115G/M ² .	UNID.	10.000	R\$	1,16
117	CERTIFICADO - CONFECÇÃO DE FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE CERTIFICADO, IMPRESSO EM PAPEL VERGÊ 180G, 4/0 CORES, FORMATO FECHADO 21,0X29,7 CM.	UNID.	3.000	R\$	3,92
118	CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PRÉ-ESCOLAR – TAM. A4, PAPEL VERGÊ COLORIDO.	UNID.	3.000	R\$	4,05
119	CONVITE - CONFECÇÃO CONVITE 14,8X10,0 CM, 4/0 CORES, PAPEL COUCHE 250G, COM ENVELOPE PAPEL OXFORD 250G.	UNID.	5.000	R\$	2,63
120	CÓPIAS - FOTOCÓPIAS DE DOCUMENTOS EM GERAL	UNID.	500.000	R\$	0,52
121	DIÁRIO DE CLASSE DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FORMATO A3, GRAMATURA 75 G/M ² , C/8 FOLHAS, F/V E CAPA EM PAPEL CARTOLINA, F A3, IMPRESSO COLORIDO.	UNID.	5.000	R\$	14,63
122	DIÁRIO DE CLASSE ENS. FUND. 4ª E 5ª ANO/EJA 1ª E 2ª ETAPA - FORMATO A3, GRAMATURA 75 G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMPRESSO COLORIDO, 13 FLS, F/V	UNID.	3.000	R\$	14,63
123	DIÁRIO DE CLASSE ENS. FUND. 6ª E 9ª ANO/EJA 3ª E 4ª ETAPA - FORMATO A3, GRAMATURA 75 G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMPRESSO COLORIDO, 08 FLS, F/V	UNID.	3.000	R\$	14,63
124	DIÁRIO DE CLASSE ENS. FUND. 1º AO 3º ANO EDUCAÇÃO FÍSICA, FOMATO A3, GRAM. 75G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMP. COLORIDO, 07 FLS, F/V	UNID.	3.000	R\$	14,63
125	DIÁRIO DE CLASSE ENSINO MODULAR, 6ª AO 9ª ANO, FORMATO A3, GRAM. 75G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMP; COLORIDO, 04 FLS, F/V.	UNID.	3.000	R\$	14,63
126	DIÁRIO DE CLASSE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª AO 3ª ANO, FORMATO A3, GRAM. 75G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMP. COLORIDO, 07 FLS, F/V	UNID.	3.000	R\$	14,63
127	DIÁRIO DE CLASSE ENSINO FUNDAMENTAL 4ª AO 5ª ANO, FORMATO A3, GRAM. 75G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMP. COLORIDO, 05 FLS, F/V	UNID.	5.000	R\$	14,63
128	DIÁRIO DE AEE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, FORMATO A3, GRAM. 75G/M ² , CAPA EM PAPEL CARTOLINA, IMP. COLORIDO, 12 FLS, F/V.	UNID.	2.000	R\$	11,16
129	ENCADERNAÇÕES – TAM. A4	UNID.	200	R\$	4,06



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



130	ENVELOPE PARDO, TIPO SACO, MATERIAL PAPEL KRAFT, 80G/M2, MEDINDO 324X229MM APROXIMADAMENTE, TIMBRADO UMA COR.	UNID.	3.000	R\$	1,30
131	ENVELOPE OFÍCIO PADRÃO ECT, SEM RPC, 75G/M2, MEDINDO 230 X 115 MM APROXIMADAMENTE, TIMBRADO, UMA COR.	UNID.	3.000	R\$	0,99
132	ENVELOPE TIPO CARTA, BRANCO, 63 G/M2, COM RPC, MEDINDO 162 X 115 MM APROXIMADAMENTE, TIMBRADO, UMA COR.	UNID.	3.000	R\$	0,70
133	FAIXA INFORMATIVA EM POLIETILENO, INFORMES DIVERSOS.	M²	100	R\$	84,27
134	FACHADA EM LONA VINÍLICA COM ILHÕES AFIXADA POR FIO EM ESTRUTURA METÁLICA, EM METALON.	M²	100	R\$	285,06
135	FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO ALUNO – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO.	UNID.	8.000	R\$	0,75
136	FICHA ESCOLAR INDIVIDUAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CONFECCIONADO EM TAM. A4, GRAM. 75G/M², COM 4 FLS.	UNID.	3.000	R\$	0,66
137	FICHA DE ACOMPANHAMENTO CRECHE.	UNID.	2.000	R\$	0,66
138	FICHA DE ACOMPANHAMENTO PRÉ – I – TAM. A4, PAPEL CARTOLINA BRANCA, FRENTE E VERSO.	UNID.	1.000	R\$	0,66
139	FICHA DE ACOMPANHAMENTO PRÉ – II – TAM. A4, PAPEL CARTOLINA BRANCA, FRENTE E VERSO.	UNID.	2.000	R\$	0,66
140	FICHA DE HISTÓRICO ESCOLAR – SÉRIE/EJA – TAM. A4, GRAM. 75G/M².	UNID.	8.000	R\$	0,66
141	FICHA DE HISTÓRICO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL 9 ANOS – TAM. A4, GRAM. 75G/M².	UNID.	8.000	R\$	0,66
142	FICHA DE MOVIMENTO E RENDIMENTO DO ALUNO – TAM. A5, PAPEL CARTOLINA, IMPRESSO COLORIDO, FRENTE E VERSO.	UNID.	5.000	R\$	0,94
143	FICHA DE MATRÍCULA CRECHE	UNID.	700	R\$	0,94
144	FICHA DE MATRÍCULA INDIVIDUAL – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO, C/100 FLS., UMA COR.	BLOCO	500	R\$	0,66
145	FICHA INDIVIDUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL 9 ANOS – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO.	UNID.	5.000	R\$	0,66
146	FICHA INDIVIDUAL C/ DEPENDÊNCIA – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO, UMA COR.	UNID.	2.000	R\$	0,66
147	FICHA DE ENCAMINHAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, TAM. 14X20 CM, PAPEL CARTOLINA, COR BRANCA.	UNID.	1.200	R\$	0,66
148	FICHA DE MATRÍCULA POR TURMA – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO.	UNID.	2.600	R\$	0,66
149	FOLDER – TAM. 21X14 CM, FORMATO 16, PAPEL COUCHE 115G.	UNID.	10.000	R\$	0,87
150	FOLDER - CONFECCÃO DE FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE FOLDER COM PROGRAMAÇÃO EM PAPEL COUCHE LISO 150 G, NO FORMATO ABERTO 29X20,5 CM, 4/4 CORES. ACABAMENTO 02 DOBRAS.	UNID.	10.000	R\$	1,49
151	FORMULÁRIO ESTATÍSTICA INICIAL/GERAL, TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO, C/ 2 PÁGINAS.	UNID.	2.000	R\$	0,66
152	FORMULÁRIO ESTATÍSTICA FINAL/GERAL – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO.	UNID.	2.000	R\$	0,66
153	FORMULÁRIO ESTATÍSTICA FINAL/GERAL DE SÉRIE – TAM. A4, GRAM. 75G/M², FRENTE E VERSO.	UNID.	2.000	R\$	0,66
154	IMPRESSÃO DE FOTOS EM PAPEL FOTOGRÁFICO 10X15 CM.	UNID.	2.600	R\$	2,95
155	IMPRESSÃO COLORIDA A LASER, TAM., A3, PAPEL COUCHÊ.	UNID.	3.000	R\$	5,92
156	IMPRESSÃO COLORIDA A LASER, TAM. A4, PAPEL COUCHÊ.	UNID.	20.000	R\$	3,45
157	IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAM. A3, PAPEL 75MG.	UNID.	10.000	R\$	1,16
158	IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAM. A4, PAPEL 75MG.	UNID.	20.000	R\$	0,66
159	INFORMATIVO – TAM. A3, GRAM. 75G/M², TIPO JORNAL, IMPRESSÃO COLORIDA, FRENTE E VERSO. ACABAMENTO 01 DOBRA.	UNID.	8.000	R\$	2,32



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



160	PASTAS EM MATERIAL RECICLADO PARA CREDENCIAMENTO NOS EVENTOS DA SEMED.	UNID.	8.000	R\$	2,72
161	PASTA DE ALUNO – TAM. A5, PAPEL CARTOLINA, UMA COR.	UNID.	10.000	R\$	1,06
162	PERFIL ESCOLAR - TAM. A4, GRAM. 75G/M ² , FRENTE E VERSO.	UNID.	5.000	R\$	0,66
163	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE SALAS E SETORES, EM PVC, TAMANHO 30X20 CM.	UNID.	500	R\$	56,43
164	PLASTIFICAÇÃO - COMUM.	UNID.	1.000	R\$	2,96
165	PLASTIFICAÇÃO - TAM. PAPEL A4	UNID.	5.000	R\$	5,52
166	PLASTIFICAÇÃO - TAM. PAPEL OFÍCIO	UNID.	700	R\$	6,92
167	PLOTAGEM DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM FORMATO A0.	UNID.	500	R\$	43,10
168	PLOTAGEM DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM FORMATO A1.	UNID.	500	R\$	36,96
169	PLOTAGEM DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM FORMATO A2.	UNID.	500	R\$	28,22
170	PLOTAGEM DE PROJETOS DE ENGENHARIA EM FORMATO A3.	UNID.	2.600	R\$	8,26
171	TICKET DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS DA SEMED.	UNID.	10.000	R\$	0,42
172	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL, FORMATO 16 (F16).	UNID.	200	R\$	11,34
173	BLOCO PARA RECADO, FORMATO 32 (F32).	UNID.	200	R\$	4,52
174	ENVELOPES COLORIDOS PARA CONVITES – TAM. 16X11 CM.	UNID.	2.000	R\$	0,93
175	ENVELOPES COLORIDOS PARA CONVITES – TAM. 22X16 CM.	UNID.	2.000	R\$	1,06
176	ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	40	R\$	22,07
177	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	22,07
178	ATESTADO DE SAÚDE, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	22,07
179	AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	22,07
180	AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (CAP'S), FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	22,07
181	BOLETIM DE INVESTIGAÇÃO SOBRE MORTES DE ANIMAIS,FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	22,07
182	BOLETIM MENSAL DE MOVIMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS,FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	22,07
183	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL / BPA, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	22,07
184	CARTÃO DO CLIENTE, FORMATO 48-CARTOLINA	UNIDADE	20.000	R\$	0,87
185	CARTÃO (CARTEIRINHA) DO DIABÉTICO / HIPERTENSO, FORMATO 24-CARTOLINA	UNIDADE	20.000	R\$	0,97
186	CARTÃO DE CONTROLE DE HANSENÍASE, FORMATO 32-CARTOLINA	UNIDADE	5.000	R\$	0,87
187	CARTÃO ÍNDICE E APRAZAMENTO DO CLIENTE, FORMATO 32-CARTOLINA	UNIDADE	10.000	R\$	0,97
188	CARTÃO DO PCCU, FORMATO 48-CARTOLINA	UNIDADE	10.000	R\$	0,97
189	CARTÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR,FORMATO 24-CARTOLINA	UNIDADE	25.000	R\$	0,77
190	CARTÃO DO PROAME, FORMATO 24-CARTOLINA	UNIDADE	15.000	R\$	0,77
191	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO, FORMATO 48-CARTOLINA	UNIDADE	30.000	R\$	0,77
192	CARTEIRA DE SAÚDE,FORMATO 68-CARTOLINA	UNIDADE	10.000	R\$	0,27
193	CARTÃO DA GESTANTE, FORMATO 8-CARTOLINA F/V	UNIDADE	10.000	R\$	25,07
194	CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS E DOMICÍLIOS, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	25,07
195	CARTÃO DE FREQUÊNCIA / FISIOTERAPIA, FORMATO 32-CARTOLINA	UNIDADE	2.500	R\$	0,57
196	CLÍNICA MÉDICA, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	300	R\$	24,07
197	CAPA DE LOTE, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	20	R\$	24,07
198	CONTROLE DE FREQUÊNCIA INDIVIDUAL (CAP'S), FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	80	R\$	24,07
199	DIÁRIO DE COLPOSCOPIA E TRATAMENTO, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
200	ENCAMINHAMENTO (CAP'S); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



201	ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES P/ TRATAMENTO C/ SORO ANTIRÁBICO;FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
202	FICHA DE AVALIAÇÃO (FISIOTERAPIA);FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
203	FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL / SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO;FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
204	FICHA DE ACOLHIMENTO (USUÁRIO) CAP'S; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
205	FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR APAC (CAPS); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
206	FICHA DE CADASTRAMENTO DA GESTANTE;FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
207	FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE ; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	300	R\$	24,07
208	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / DENGUE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
209	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / GESTANTE HIV+; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
210	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / NOTIFICAÇÃO (HANSENÍASE);FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
211	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
212	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / TUBERCULOSE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
213	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / LEPTOSPIROSE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
214	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / SÍFILIS EM GESTANTE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
215	FICHA PARA MARCAÇÃO DE CONSULTA; FORMATO 32	UNIDADE	25.000	R\$	0,87
216	FICHA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERENCIA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	1.000	R\$	24,07
217	FICHA DE REFERÊNCIA DO ACS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
218	FICHA DE REFERÊNCIA / NOTIFICAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMESTICA, SEXUAL, ETC.); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
219	FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DOS ATENDIMENTOS DAS GESTANTES; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
220	FICHA DE VISITA (FEBRE AMARELA / DENGUE); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	300	R\$	24,07
221	FICHA DE VISITA DO ACS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	600	R\$	24,07
222	FICHA DE REFERENCIA (IDENTIFICAÇÃO DO ACS); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	300	R\$	24,07
223	FICHA DE SELEÇÃO DE RISCO GESTACIONAL; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
234	INUTILIZAÇÃO MENSAL DE IMUNOBIOLOGICOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
225	LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
226	LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE APAC; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
227	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO / AUT. DE PROC. AMBULATORIAIS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	600	R\$	24,07
228	LAUDO MÉDICO P/ EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE TOMOGRAFIA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
229	MAPA DIÁRIO DE ASSISTÊNCIA EM PLANEJAMENTO FAMILIAR; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
230	MAPA DE APLICAÇÃO DE VACINAS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
231	MOVIMENTO MENSAL DE IMUNOBIOLOGICOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
232	PLANEJAMENTO FAMILIAR / FICHA DE INSCRIÇÃO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



233	PRONTO ATENDIMENTO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
234	PRONTUÁRIO DE CLIENTE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	1.000	R\$	24,07
235	PAPEL TIMBRADO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	180	R\$	24,07
236	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS - COLO DE ÚTERO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	250	R\$	24,07
237	REGISTRO DIÁRIO DE ATENDIMENTO (ASIIT. EM PLANEJAMENTO FAMILIAR); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
238	RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
239	RECEITUÁRIO MÉDICO; FORMATO 16-BLOCO C/100	BLOCO	1.500	R\$	15,07
240	REQUISIÇÃO DE EXAMES; FORMATO 16-BLOCO C/100	BLOCO	1.000	R\$	15,07
241	REQUISIÇÃO DE MATERIAL (GRANDE); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
242	REQUISIÇÃO DE MATERIAL (PEQ.); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
243	REGISTRO DE CONTROLE DA MEDICAÇÃO DE LEISHMANIOSE T. AMERICANA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
244	TESTE DO PEZINHO ; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
245	TESTE DA ORELHINHA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
246	TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO / TFD; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
247	TERMO OU AUTO DE COLETA DE AMOSTRAS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
248	AVALIAÇÃO SIMPLIFICADA DAS FUNÇÕES NEURAIS E COMPLICAÇÕES; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
249	BPA (CONSOLIDADO); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	700	R\$	24,07
250	FORMULÁRIO DE ENTRADA CTA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
251	MAPA DE ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO DE SUPLEMENTOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
252	PROGRAMA DE PROFILAXIA DA RAIVA (COMPROVANTE DE VACINAÇÃO); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
253	REQUISIÇÃO DE HANSENOSTÁTICOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	20	R\$	24,07
254	REQUISIÇÃO DE TUBERCULOSTÁTICOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
255	RESUMO DAS ATIVIDADES POR LOCALIDADE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	80	R\$	24,07
256	CARTÃO INDIVIDUAL DE TRATAMENTO ANTI-RÁBICO HUMANO; FORMATO 24-CARTOLINA-F/V	BLOCO	10.000	R\$	0,97
257	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / ATENDIMENTO ANTI-RÁBICO HUMANO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
258	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / HEPATITES VIRAIS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	40	R\$	24,07
259	FICHA DE INVESTIGAÇÃO / DOENÇA DE CHAGAS AGUDA, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
260	MONITORIZAÇÃO DAS DOENÇAS DIARRÉICAS AGUDAS, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	80	R\$	24,07
261	DADOS FAMILIARES DO TESTE DO PEZINHO, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	80	R\$	24,07
262	NOTIFICAÇÃO DOS CASOS DE MALÁRIA, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
263	AUTO DE APREENSÃO , FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
264	LICENÇA DE FUNCIONAMENTO, FORMATO 8-CARTOLINA-COLOR	UNIDADE	2000	R\$	1,07
265	FICHA DE INVESTIGAÇÃO DA RAIVA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
266	FICHA DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES P/ RAIVA - 2 VIAS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
267	CARTEIRA DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS; FORMATO 32-CARTOLINA	UNIDADE	500	R\$	0,87
268	ADESIVO DE VISTORIADO; FORMATO 8-PAPEL ADESIVO COLOR	UNIDADE	1000	R\$	1,37
269	FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO LICENÇA DA SAÚDE ; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



270	BLOCO DE AUTO DE INTERDIÇÃO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
271	MODELO DE RELATÓRIO PROGRAMÁTICO MENSAL; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
272	SOLICITAÇÃO DE SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
273	TERMO DE ESCLARECIMENTO PARA USUÁRIO DE TALIDOMIDA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
274	TERMO DE RESP. TALIDOMIDA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
275	DADOS COMPLEMENTARES AO SINAN, SOBRE A PROCEDÊNCIA DO CASO NOVO; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
276	LAUDO MÉDICO (TFD); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	40	R\$	24,07
277	ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEPTOR (HEMOPA); FORMATO 8-CARTOLINA-F/V	UNIDADE	10.000	R\$	1,27
278	ENCAMINHAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL (C.S.R); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
279	PEDIDO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (P.T.F.D); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
280	FICHA B DIA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
281	CERTIFICADO DO PROAME; FORMATO 8-CARTOLINA-COLOR	UNIDADE	1.000	R\$	1,57
282	ENCAMINHAMENTO DO CTA PARA O LACEN; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
283	FOLHA INDIVIDUAL DE FREQUÊNCIA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	600	R\$	24,07
284	LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DO BPA - I (CTA); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	300	R\$	24,07
285	LAUDO MÉDICO - CARGA VIRAL (CTA), FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
286	LAUDO MÉDICO - CD4+ /CD8+ (CTA), FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	80	R\$	24,07
287	FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS (CTA); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
288	FICHA DE TRANSFERÊNCIA DO CLIENTE; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
289	FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO (AIDS); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
290	DIETA PARA CONTROLE DO DIABETES; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
291	DIETA PARA CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
292	FICHA DE SOLICITAÇÃO DE TESTE SOROLÓGICO ANTI - HIV; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
293	TESTES RÁPIDOS P. DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-HIV (CTA); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
294	FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS (CTA);FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
295	RECEITUÁRIO AZUL B1; FORMATO 24-NUMERADO	BLOCO	150	R\$	12,07
296	RECEITUÁRIO AZUL B2; FORMATO 24-NUMERADO	BLOCO	100	R\$	12,07
297	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL INDIVIDUALIZADO - BPA - I; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
298	SOLUÇÃO ALTERNATIVA INDIVIDUAL - SAI ; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	40	R\$	24,07
299	SOLUÇÃO DE ABASTECIMENTO COLETIVO - SAC, FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	60	R\$	24,07
300	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS - MAMA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
301	PEDIDO DE MEDICAMENTOS (C.A.F.E.); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	250	R\$	24,07
302	PLANO TERAPÊUTICO (CAPS AD); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	200	R\$	24,07
303	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
304	FICHA PARA CONTROLE DE GELADEIRA; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	40	R\$	24,07
305	PRONTUÁRIO DO CLIENTE (PARA ATENDIMENTO QUE NÃO QUEIRAM MATRÍCULA); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



306	FICHA DE ATENDIMENTO DO CLIENTE - SAMU; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
307	ANOTAÇÕES DE SAÍDA DA ORIGEM E CHEGADA AO DESTINO - SAMU; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
308	INSPEÇÃO VEICULAR - SAMU; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	30	R\$	24,07
309	CHECKLIST DE EQUIPAMENTO E MATERIAL - SAMU; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
310	EMERGÊNCIA - SAMU; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	24,07
311	SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÉ-NATAL E NASC. COMPONENTE I; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
312	TERMO DE DECLARAÇÃO DE ACEITE OU RECUSA DO TESTE ANTI HIV; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
313	TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS PARA SIFILIS; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	150	R\$	24,07
314	FICHA P/ ACOMPANHAMENTO DO SISVAN; FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	50	R\$	24,07
315	ENVELOPES GRANDES, TAMANHO EM 24 X 34CM	UNIDADE	10.000	R\$	2,07
316	ENVELOPES PEQUENOS, TAMANHO EM 23 X 11,5CM	UNIDADE	5000	R\$	2,37
317	REQUISIÇÃO P/ COMBUSTÍVEL - CARBONADO; FORMATO 32-CARBONADO BLOCO C/100	BLOCO	100	R\$	9,57
318	PANFLETO ESCOVAÇÃO PEQUENO; FORMATO 16 - COLOR	UNIDADE	1000	R\$	0,87
319	FOLDER PERIODONTIA E SAÚDE GERAL; FORMATO 8 - COLOR	UNIDADE	2000	R\$	1,07
320	FOLDER DICAS DE SAÚDE BUCAL; FORMATO 8 - COLOR	UNIDADE	5000	R\$	1,27
321	FOLDER CÂNCER DE BOCA; FORMATO 8 - COLOR	UNIDADE	5000	R\$	1,27
322	PRONTUÁRIO DO CLIENTE (CONTINUAÇÃO); FORMATO 8-BLOCO C/100	BLOCO	1000	R\$	24,07



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO II – MODELO DE CARTA CREDENCIAL

A (nome da empresa), CNPJ Nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Tracuateua (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão Nº ____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data.

Nome e assinatura com firma reconhecida do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins do disposto no subitem do edital, do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)

OBS:

- 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.
- 2) Esta declaração deverá ser entregue ao(à) Pregoeiro(a), após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (de Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar Nº 123/2006.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal Nº 10.520/02, possuir todos os requisitos constantes do edital que a habilite a participar do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO PARA
MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal Nº 10.520/02, possuir todos os requisitos constantes do edital que a habilite a participar do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____, excetuando-se a eventual aplicação do permissivo estabelecido no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularidade fiscal, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO VI - MODELO DE RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

REF. PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...
CNPJ: ...
Endereço: ...
Telefone: ...
Fax: ...
E-mail: ...

2. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

Nome: ...
CPF: ...
RG: ...
Nacionalidade: ...
Estado Civil: ...
Profissão: ...
Endereço Completo: ...

3. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$... (valor por extenso).

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

5. PRAZO DE ENTREGA: ...

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ...

7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF. PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL DO LOTE					

OBS.: A quantidade de lotes descrita neste modelo é meramente exemplificativa, o proponente deverá colocar em sua proposta a quantidade de lotes, tantos quantos tiverem no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real - R\$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º, CF/88

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de atividade noturna, perigosa ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou atividade, menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e com a Lei Nº 9.854/99.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32, § 2.º, da Lei Federal Nº 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou recuperação judicial.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

(Nº da identidade do declarante)



ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

Nº do Pregão: ____/____

Nº do Processo: ____.

Nº da ATA: <Nº ATA>

Data do Pregão: <DATA>

Validade: <VALIDADE>

PREÂMBULO

Aos X dias do mês de <MÊS> do ano de 2018, a Prefeitura Municipal de Tracuateua, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designada pelo Decreto 144/2017-GP de 20 de novembro de 2017, lavra a presente ATA de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo ____ que deu origem ao Pregão Presencial Nº ____/____, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para _____, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência da Licitação referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Nº 10.520/2002, do Decreto Federal Nº 3.555/2000; do Decreto Federal Nº 7.892/2013; da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, da Lei Nº 8.666/1993, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

Nome Empresarial: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante Legal: Sr.(a). _____

CPF Nº _____

REGISTRO DE PREÇOS

LOTE	ELEMENTO	UND	ESPECIFICAÇÃO MINÍMA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	QTD	PREÇO TOTAL
------	----------	-----	----------------------	-------	----------------	-----	-------------

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1 – Vincula-se à presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o edital do Pregão Presencial Nº ____/____ e a proposta de preços contendo os preços dos itens acima registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 – A vigência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) será de 12 (doze) meses, podendo ser verificado seu termo final o que consta no descritivo VALIDADE informado em seu cabeçalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 – O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Departamento de Compras, através de servidor designado, competindo-lhe:

- 3.1. Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos produtos ou serviços registrados;
- 3.2. Efetuar os pedidos, juntando aos autos os quantitativos necessários e demais informações necessárias à emissão da nota de empenho ou contrato, se for o caso;
- 3.3. Notificar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para retirada da nota de empenho ou outro meio hábil para a contratação;



- 3.4. Observar, durante a vigência da ATA, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- 3.5. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;
- 3.6. Subsidiar a administração nos processos de aplicação de penalidade, inclusive quanto ao descumprimento de obrigações pelo fornecedor;
- 3.7. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na ATA.
- 3.8. A presente ATA poderá ser utilizada para contratações do respectivo objeto, por qualquer outro da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO NA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

- 4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Nº 8.666/93.
- 4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Nº 8.666/93.
- 4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, esta Prefeitura Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.5. Não havendo êxito nas negociações, esta Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, momento em que se estabelece a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente ATA, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência desta Prefeitura Municipal.
- 5.2. Os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ATA, deverão consultar esta Prefeitura Municipal para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da presente ATA, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ATA, assumidas com esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes.
- 5.4. As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na presente ATA para esta Prefeitura Municipal e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na mesma para esta Prefeitura Municipal e/ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.1. Descumprir as obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços;
- 6.2. Não retirar a nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- 6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- 6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Nº 10.520/02;



6.5. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no instrumento convocatório e nesta ATA será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7. A contratação dos produtos/serviços ora registrados, será feita por intermédio de CONTRATO, observando-se o que segue:

7.1 Fica reservado a Administração, o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ora denominada Ordem de Fornecimento) ou ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, conforme preceitua o artigo 62 da Lei Federal 8.666/93 alterações posteriores.

7.2 É dispensável o contrato e facultada a substituição prevista no item acima, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme disposto no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.3 Vinculam-se aos outros instrumentos hábeis mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato (Anexo do edital do Pregão Presencial em epígrafe, bem como esta Ata de Registro de Preços e a proposta de preços da empresa vencedora.

CLÁUSULA OITAVA – DO DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. São partes integrantes da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão Presencial citado no cabeçalho e as propostas das FORNECEDORAS;

8.2. A existência da presente ATA de Registro de Preços (ARP) não obriga esta Administração a firmar futuras solicitações;

8.3. Demais obrigações serão dirimidas em contrato administrativo que possa ser firmado entre esta Prefeitura Municipal e o fornecedor, constante em minuta anexado ao instrumento convocatório;

8.4 Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os produtos/serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Presencial e referência.

8.5. Fica eleito o Foro da cidade de Tracuateua - PA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

Tracuateua - PA, <DD> de <MÊS> de 2018

Sr. _____
Pregoeiro(a) Município

Sr. _____
Equipe de Apoio

Sr. _____
Equipe de Apoio

(Representante legal da empresa)
(Empresa)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº <Nº PREGÃO>

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

Nº do Pregão: ____/____
Nº do Processo: _____._____
Nº da ATA: <Nº ATA>
Data do Pregão: <DATA>
Validade: <VALIDADE>

PREÂMBULO

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Presencial SRP Nº ____/____, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS
-----------	------------	------	----------	---------------	----------

Sr. _____
Pregoeiro(a) Município

Sr. _____
Equipe de Apoio

Sr. _____
Equipe de Apoio

(Assinaturas das empresas do cadastro de reserva)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____
PROC. ADM. Nº ____/____
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____

CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____ PARA FORNECIMENTO DE _____ NOS TERMOS DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____ QUE ORIGINOU A ARP ____/____.

A Prefeitura Municipal de Tracuateua, CNPJ Nº 01.612.999/0001-92, com sede na cidade de Tracuateua, Estado do Pará, endereço na Av. Mario Nogueira de Sousa, S/N, Centro, através da Secretaria Municipal de _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, brasileiro(a), portador da Carteira de Identidade Nº _____, CPF Nº _____, residente e domiciliado nesta cidade _____, Prefeito Municipal de _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado CONTRATADA, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo seu titular Sr.(a). _____, CPF Nº _____, RG Nº _____, (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado na _____, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo Nº ____/____, que originou a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/____, que originou a ARP nº ____/____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o Contratação de Empresa para <DESCREVER O OBJETO> de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - O valor estimado do presente Contrato é de R\$ _____ (valor por extenso), em conformidade com a ARP assinada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
------	-----------	--------	-------------	----------

OBS.: A quantidade de lotes descrita nesta minuta é meramente exemplificativa, o contrato será redigido com a quantidade de lotes, tantos quantos tiverem no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os quantitativos apresentados no quadro acima representam a demanda estimada desta Secretaria Municipal de _____ e não se constituirá em compromisso futuro para o CONTRATANTE, podendo sofrer alteração para mais ou para menos, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de _____ e observados os limites legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO - Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

- I - Edital do PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº <NÚMERO DO PREGÃO>;
- II - Proposta, documentos anexos e lances verbais, firmados pela CONTRATADA na presente licitação.



CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente Contrato será de ____/____/____ à ____/____/____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em se tratando de serviço de prestação continuada, este contrato poderá ser prorrogado pelo prazo de até 60 (sessenta meses) caso haja interesse desta administração, nos termos inciso II do art. 57 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO - O fornecimento dos produtos ou a prestação dos serviços, será de forma parcelada, mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Tracuateua, em 01 (uma) via e conter no anverso carimbo e assinatura do servidor autorizado, contendo as informações indicadas no Termo de Referência Anexo I do Edital, conforme abaixo:

- a) Cliente: Secretaria Municipal de _____;
- b) Quantidade: (informar a quantidade dos produtos ou serviços);
- c) Valor: (informar o valor referente aos produtos ou serviços);
- d) Data: (informar a data do fornecimento dos produtos ou serviços);
- e) Testemunha: (assinatura do funcionário da empresa);
- f) Comprador: (assinatura e carimbo do responsável do setor de compras).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços ocorrerá na sede desta Secretaria Municipal no horário das 08h00min às 18h de segunda a sexta, ou em local indicado por ela.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os produtos ou serviços que não puderem ser executados nos termos do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá informar o local de execução e uma vez informado o local, só poderá haver modificação do mesmo mediante aceitação da CONTRATANTE, e se o novo local de fornecimento estiver nas condições adequadas para o fornecimento dos produtos ou serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A entrega dos itens deverá ser feita de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Secretaria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Requisição de Fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO – Os produtos deverão estar em embalagens próprias, sem qualquer violação ou danificação, obedecendo aos respectivos prazos de garantia das marcas oferecidas.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO - O recebimento dos produtos será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Secretaria Municipal de _____ rejeitará, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com o respectivo Termo de Referência, especificações e condições do Edital, da proposta de preços e deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, nem da ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, este contrato será fiscalizado pela CONTRATANTE, mediante servidor designado pela Prefeitura Municipal de Tracuateua, designado Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, para crédito na conta corrente por ele indicada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, indicando os quantitativos e preços unitários e totais de cada tipo de produtos fornecido, acompanhada das CND de FGTS, INSS, Trabalhista e Receita Federal e Estadual.



PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas, e solicitação de pagamento, deverá ser entregue no setor de Compras, o qual encaminhará ao Controle Interno para juntada ao processo de contratação juntamente com os documentos relativos ao pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - O Contratante efetuará a retenção e o recolhimento de tributos quando a legislação assim exigir.

CLÁUSULA NONA - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA - Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,0001644, "pro rata die".

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO - Os preços fixados para o fornecimento do objeto deste Contrato, serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

FONTE DE RECURSO:

<COLOCAR TODAS AS FONTES>

NATUREZA DA DESPESA:

<COLOCAR TODAS NATUREZAS>

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no edital e no Anexo I, Termo de Referência do PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº ____/____.

- a) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, impostos e contribuições, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- b) Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com serviços, alimentação, equipamento, insumos, mão-



- de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias o perfeito fornecimento dos produtos;
- c) Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de durante toda a vigência do contrato, para representá-lo sempre que necessário;
 - d) Fornecer os produtos nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
 - e) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
 - f) Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação;
 - g) Informar ao Gestor do Setor de Compras, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
 - h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - i) Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou conveniados;
 - j) Comunicar à fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas ao fornecimento dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
 - k) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Secretaria Municipal de _____;
 - l) A contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos;
 - m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no edital e no Anexo I, Termo de Referência, do PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº ____/____:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;
- c) Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências, sempre que necessário à execução do objeto, nos horários previamente acordados;
- d) Rejeitar no todo ou em parte os produtos fornecidos em desacordo com o contrato;
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado e desde que a empresa tenha cumprido com suas obrigações;
- f) Aplicar as penalidades contratuais quando for o caso;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho ou não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de



Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) Multa de:

- I. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da contratação em decorrência da não entrega dos produtos, sem justificativa, no momento da solicitação, por cada recusa observada. Em caso, de reincidência a multa será aplicada em dobro;
- II. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, no caso de suspensão do fornecimento dos produtos. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, se configurará, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação por suspensão no fornecimento por período superior ao previsto no item "II", da alínea "b", e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido no edital, anexos e neste contrato ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- IV. 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com esta Prefeitura Municipal, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas previstas neste Edital serão descontadas, após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao CONTRATADO ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, através do DARE, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a CONTRATANTE, sob pena de cobrança judicial.

PARÁGRAFO SEXTO - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO - A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93, com as consequências contratuais previstas no mesmo instrumento legal, na Lei nº 10.520/02 e no Edital da licitação em epígrafe.

PAIRÁGRAFO ÚNICO - O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o respectivo Contrato, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO - Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do PREGÃO PRESENCIAL - SRP em epígrafe e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS - Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei 10.520/2002, Decreto Federal 7892/13, alterado pelo Decreto 8.250/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO - Este Contrato entrará em vigor após assinatura e publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Tracuateua - PA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Tracuateua, <DD> de <MÊS> de 2018

(Nome do Secretário)

(Representante legal da empresa)
(Nº da identidade)

Testemunha 01

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Testemunha 02

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XII - FORMULÁRIO DE CADASTRO

DADOS DA EMPRESA

CNPJ:

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CAPITAL SOCIAL:

DATA DE INCORPORAÇÃO:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

CNPJ DA EMPRESA MATRIZ:

ENDEREÇO COMPLETO:

CEP:

CIDADE:

ESTADO

TELEFONES DE CONTATO:

E-MAIL:

DADOS DO SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR

NOME:

RG:

CPF:

CARGO:

TELEFONE:

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:

AGÊNCIA:

OPERAÇÃO:

CONTA:

Documentos Necessários para Cadastro

Check

Descrição

Cartão do CNPJ

Cont. Social (equivalente + alterações)

RG e CPF dos Sócios

Certidão Negativa Federal

Certidão Negativa Estadual e Dívida Ativa

Certidão Negativa Municipal e Dívida Ativa

Certidão Negativa do FGTS

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

OBS.: O formulário deverá ser preenchido, preferencialmente, em computador ou em letras de forma e legível.

(Assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XIII - MODELO DA SOLICITAÇÃO DO ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA
(este documento deverá ser elaborado em papel timbrado da empresa)

À
Prefeitura Municipal de Tracuateua – PA
Comissão Permanente de Licitação
Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Referência: Atestado de Adimplência

Ilmo. Sr. Presidente,

Vimos através do presente solicitar **ATESTADO DE ADIMPLENCIA**, para fins de participação no Pregão 029/2018, cujo objeto é a <OBJETO>.

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____

FONE: _____

RESPONSÁVEL LEGAL: _____

RG: _____

CPF: _____

Local e data
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA para os devidos fins, que concorda com todos os termos descritos no edital e seus anexos, em especial aos critérios de credenciamento, julgamento das propostas de preços, habilitação/inabilitação e que temos pleno e total conhecimento do edital e anexos deste certame, não possuindo ainda, quaisquer restrições ao caráter competitivo desta licitação.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

Eu, ____ (nome do representante legal) ____, portador(a) da cédula de identidade nº ____ e do CPF nº ____, residente e domiciliado no (endereço completo), DECLARO sob as penalidades da lei, que a empresa ____ (nome da empresa) ____, CNPJ nº ____, está localizada e em pleno funcionamento no ____ (endereço completo) ____, cidade de ____, Estado ____, sendo o local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade da mesma.

DECLARO que assumo inteira responsabilidade por todas as informações dispostas nesta declaração, eximindo a Prefeitura Municipal de Tracuateua - PA de qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas por esta empresa.

Declaro ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

(Fotos das Instalações, Equipamentos, Estrutura de Armazenamento e Logística e demais informações que julgar necessário ao perfeito fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços)

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE O(S) EMPRESÁRIO / SÓCIO(S) / DIRIGENTE(S) / RESPONSÁVEL(ÉIS) TÉCNICO(S) NÃO É(SÃO) SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA - PA

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que o(s) empresário, sócio(s), dirigente(s) e/ou responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) da administração pública municipal de Tracuateua - PA, não estando, portanto, enquadrados no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, na havendo, também, qualquer outro impeditivo para participar de licitações e firmar contrato com a administração pública.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XVII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 29, INCISO IX COM 54, INCISO I, ALÍNEA "A" E INCISO II, ALÍNEA "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, declara sob as penas da lei, que o(s) proprietário(s) e/ou sócio(s) exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos artigos 29, inciso IX com 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Constituição Federal.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE RECEBEU OS DOCUMENTOS E QUE TOMOU TODAS AS INFORMAÇÕES E AS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Licitação: Pregão Presencial 029/2018

Data da Realização do Certame: 04 de maio de 2018 às 16:00hrs

Senhor(a) pregoeiro(a),

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, declara sob as penas da Lei, que recebeu todos os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme determinado pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 01.612.999/0001-92



ANEXO XIX – MODELO DE PLANILHA ELETRÔNICA

DADOS DA LICITANTE	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
FAX:	
E-MAIL:	

DADOS DO REPRESENTANTE	
NOME:	
CPF:	
RG:	
NACIONALIDADE:	
ESTADO CIVIL:	
PROFISSÃO:	
ENDEREÇO COMPLETO:	

ITEM	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					R\$ -
2					R\$ -
3					R\$ -
***	***	***	***	***	***

Planilha eletrônica disponível no Portal da Transparência através do endereço:

www.tracuateua.pa.gov.br